



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARINA PEDRINI MEDEIROS

DA TCHECOSLOVÁQUIA À REPÚBLICA TCHECA:
A HISTÓRIA DE UMA TRANSIÇÃO

FLORIANÓPOLIS

2021

MARINA PEDRINI MEDEIROS

**DA TCHECOSLOVÁQUIA À REPÚBLICA TCHECA:
A HISTÓRIA DE UMA TRANSIÇÃO**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais do Centro Socioeconômico
da Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

FLORIANÓPOLIS

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pedrini Medeiros, Marina
Da Tchechoslováquia à Republica Tcheca : A História De Uma
Transição / Marina Pedrini Medeiros ; orientador, Márcio
Roberto Voigt, 2021.
73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Teorias de Transição. 3.
República Tcheca. 4. Pós-Socialismo. I. Voigt, Márcio
Roberto. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

MARINA PEDRINI MEDEIROS

**DA TCHECOSLOVÁQUIA À REPÚBLICA TCHECA:
A HISTÓRIA DE UMA TRANSIÇÃO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pelos seguintes membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Danielle Jacon Ayres Pinto

Avaliadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Franco Santos Alves da Silva

Avaliador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão final e original** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Orientador

Florianópolis, 2021

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão a minha mãe sempre esteve ao meu lado que me incentivou ao longo de toda minha trajetória, sua determinação ainda quando graduanda sempre me serviu de espelho e admiração. Agradeço pela sua luta que me proporcionou uma vida cheia de tantas possibilidades, por priorizar minha educação e construção de valores que compartilhamos com muito orgulho juntas. Obrigada por me permitir ocupar espaços como a Universidade Federal de Santa Catarina desde criança. Obrigada pelo amor e companheirismo que me motivam sempre a seguir em frente.

Obrigada a minha família pelo entusiasmo em se fazer presente durante toda minha formação. Em especial, minhas amadas avós e meu amado avô, pelo aconchego sempre que precisei.

Ao Mateus, te agradeço pelo amor, companheirismo e parceria mesmo a um oceano de distância. Obrigada por sempre mostrar meu potencial com tanta ternura.

À Isabela, agradeço por esta amizade que se constituiu ao longo da universidade e que se mantém mesmo em tempos de isolamento. Muito obrigada por compartilhar comigo tantas reflexões e indignações. Obrigada por todo apoio e empatia.

Ao João, meu muito obrigada pela amizade divertida, carinhosa, que se mantém presente quase todos os dias. Obrigada por ser essa pessoa maravilhosa que esteve presente por todos esses anos.

Todo meu respeito e admiração aos professores, técnicos, colegas e todos que compõem e batalham diariamente pela preservação da pesquisa, ensino e extensão. Sobretudo, nestes anos tão desafiadores a ciência e educação pública brasileira. Em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Márcio Voigt, que aceitou o desafio de me ajudar a concluir esse ciclo. Muito obrigada pela paciência, confiança e disposição.

RESUMO

O ano de 1989 é tido como marco de ruptura do regime comunista, representado pela queda da Cortina de Ferro e fim da Guerra Fria. Neste contexto, novas economias emergem ao mercado global. Desde então, surge uma crescente literatura que busca compreender o fenômeno de transição de economias centralizadas a economias de mercado.

Esta monografia enquadra-se entre essas contribuições, ao passo que oferece uma análise sobre as teorias de transição, focando-se no debate entre teorias graduais e rápidas. Dadas as particularidades de cada país em lidar com as mudanças, esse trabalho tem como cerne de estudo a transição da República Tcheca. Parte-se da hipótese de que o processo de reformas se deu em contexto de ascensão neoliberal, para tanto, a fim de compreender os fatores que influenciaram nas mudanças tchecas são analisados os constrangimentos ou incentivos que o país teve ao empregar uma teoria de transição em detrimento de outra.

Palavras-chave: Teorias de Transição. República Tcheca. Pós-socialismo.

ABSTRACT

The year of 1989 was seen as a breakthrough for the communist regime, represented by the fall of the Iron Curtain and the end of the Cold War. In this context, new economies were emerging on the global market. Since then, a growing literature has emerged that seeks to understand the phenomenon of transition from centralized economies to market economies.

This study fits among these contributions, while it offers an analysis of transition theories, focusing on the debate between gradual and rapid theories. Given the infinite peculiarities of each country in dealing with changes, this work has as its core study the transition from the Czech Republic. It starts with the hypothesis that the reform process took place in the context of a neoliberal rise. For this purpose, in order to understand the factors that influenced the Czech changes, the constraints or incentives that the country had when employing a transition theory in to the detriment of another.

Keywords: Transition Theories. Czech Republic. Post Socialism.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Indicador de Progresso de Transição (ERBD) | 22 |
| Figura 2 – Mapa da Europa Durante a Guerra Fria | 30 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Países em transição agrupados por estratégias de reforma iniciais | 23 |
|--|----|

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|---|-----------|
| 1. | INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 | A TRANSIÇÃO E SUAS TEORIAS | 14 |
| 1.1 | AS MUDANÇAS DO PÓS SEGUNDA GUERRA | 14 |
| 1.2 | TERAPIA DE CHOQUE VERSUS GRADUALISMO | 18 |
| 1.3 | CONCLUSÃO DO CAPÍTULO..... | 27 |
| 2 | OS ANTECEDENTES: A SITUAÇÃO POLÍTICO ECONÔMICA DURANTE O REGIME COMUNISTA..... | 29 |
| 2.1 | A TCHECOSLOVÁQUIA PÓS 1945: A ASCENSÃO STALINISTA | 29 |
| 2.2 | ENFRAQUECIMENTO STALINISTA E ASCENSÃO LIBERAL..... | 34 |
| 2.3 | NORMALIZAÇÃO E FIM DO REGIME COMUNISTA | 42 |
| 2.4 | CONCLUSÃO DO CAPÍTULO..... | 52 |
| 3 | A TRANSIÇÃO TCHECA..... | 54 |
| 3.1 | AS ORIGENS DA MUDANÇA | 54 |
| 3.2 | A ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO..... | 56 |
| 3.3 | CONCLUSÃO DO CAPÍTULO..... | 65 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 67 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 69 |

1. INTRODUÇÃO

Em 1989, a União Soviética e os países pertencentes ao Bloco Comunista vivenciaram a ruptura deste regime, marcando o fim da Guerra Fria. O período representou um ponto de inflexão importante na economia mundial. Com o fim da União Soviética, os países recém emergidos da cortina de ferro precisaram iniciar um processo de transição para a economia de mercado (WALLERSTEIN, 2002). Nesse contexto em que os governos recém democratizados caminharam em direção a grandes mudanças voltadas para a criação e consolidação na economia de mercado mundial, surgem teorias e debates acerca da melhor forma de conduzir o processo de transição. Graças à falta de dados empíricos, carência de instituições e ausência de paradigma histórico prévio, diversas incertezas apareceram.

Nesse cenário, dois grupos ideológicos majoritários se destacaram na condução dos debates sobre a velocidade em que as transformações deveriam ser orientadas: de um lado, os defensores de mudanças mais rápidas ou radicais, chamadas de reformas ao estilo *big bang*, ou terapia e doutrina de choque; de outro, estudiosos e defensores de transições mais graduais. Entretanto, as particularidades de cada Estado demandam uma análise plural, considerando os desafios a serem enfrentados pela população. Desse modo, ressalta-se que não houve um único caminho correto ou uma fórmula universal, uma vez que a própria maneira com que cada Estado implementou suas políticas reflete no resultado obtido com a aplicação de cada teoria, esse reconhecimento da necessidade de consideração de tais especificidades é a motivação central desta monografia.

A República Tcheca consiste em um importante objeto de estudo para a análise dos incentivos e constrangimentos fornecidos por cada corrente ideológica aos novos países durante a transição. Portanto, esta monografia dedica-se à análise do processo de transição da atual República Tcheca pós-comunismo. O interesse em entender as particularidades do país ao fim do regime comunista tem, como hipótese, que este fenômeno se deu em pleno contexto de ascensão neoliberal. Isto é, modelo econômico fortemente presente e relevante na condução das políticas econômicas e sociais atualmente. Além disso, a motivação pela escolha do tema se deve, em partes, à experiência pessoal de mobilidade acadêmica no país, mais precisamente, na Univerzita Hradec Králové (UHK). Como estudante de Relações Internacionais, saltam

aos olhos que importantes lições podem ser tiradas da experiência desse país para debates presentes até os dias atuais.

Assim, estabeleceu-se como objetivo geral compreender as facetas da evolução da construção do novo aparato econômico, político, social e cultural da República Tcheca ao fim do regime comunista. Nesta pesquisa, parte-se da hipótese de que as mudanças ocorreram em contexto de ascensão neoliberal e vale ressaltar que a finalidade do estudo não é fazer uma defesa deste modelo econômico, mas sim responder ao problema de pesquisa “Quais foram os incentivos e constrangimentos que as teorias de transição mais alinhadas à ideologia neoliberal obtiveram na transição tcheca?”.

A fim de alcançar essa resposta, no primeiro capítulo são abordadas as Teorias de Choque e Gradual, visando caracterizar o que se entende por cada uma, o que as teorias compreendem como mais adequado na condução da transição. Além disso, propõe-se uma análise de qual metodologia os países reformadores escolheram, agrupando-os entre aqueles que conseguiram sustentar a teoria escolhida durante todo o processo transitório e quais fatores influenciaram nessa dinâmica.

No segundo capítulo, é realizado um estudo do contexto histórico da Tchecoslováquia durante o regime comunista. Segundo Dunnorummo (2016), três fatores são fatores determinantes no sucesso da transição dos países pós-comunistas: um deles é a combinação de antecedentes históricos, situações que envolvam a memória coletiva, características culturais predominantes, geográficas, níveis relativos de riqueza ou condições macroeconômicas do país.; o segundo é o perfil dos reformadores, como estão ideologicamente alinhados, quais assuntos estão no topo da agenda. Por fim, o terceiro ponto de atenção está relacionado à presença ou ausência de conflitos militares, ou internamente no início das reformas. Desse modo, considerando esses pontos de atenção, o período histórico de 1945 a 1989 é analisado para compreender os fatores históricos, econômicos e coletivos, bem como o perfil dos representantes e a conjuntura em que as reformas foram estruturadas ao fim do regime.

Por fim, o terceiro capítulo explora os pontos que estiveram envolvidos na agenda pós-socialista na República Tcheca, a fim de entender o que influenciou na escolha por reformas radicais ou graduais. Explora-se também o contexto macroeconômico e atores importantes que conduziram as reformas. Assim, pretende-

se compreender quais incentivos influenciaram para um bom resultado da estratégia de transição empregada entre 1989 e 1993 na República Tcheca, seguindo-se, então, de uma linha temporal de eventos ocorridos após acontecimentos estudados no segundo capítulo.

Para isso, adota-se o método hipotético dedutivo, bem como os métodos de procedimento histórico. O procedimento histórico aplica-se nesse estudo para proporcionar uma compreensão do atual cenário do país durante o regime comunista, bem como, a evolução para uma economia de mercado capitalista. Como fontes de pesquisa secundárias, são utilizadas contribuições teóricas a respeito da Teoria de Choque e Gradualismo. Também se recorre a artigos para entender a conjuntura do contexto histórico analisado, além de fontes primárias como discursos políticos.

1 A TRANSIÇÃO E SUAS TEORIAS

A República Tcheca possibilita um importante estudo de caso para aqueles interessados em entender as correntes ideológicas presentes no processo transicional dos países recém emergidos do regime comunista. Este capítulo tem como objetivo analisar as duas principais teorias de transição empregadas pelos países ao fim do regime comunista na condução de suas políticas econômicas, sociais e de reinserção na economia de mercado, ou seja, faz-se um estudo da Teoria Gradual e da Teoria de Choque. É notável que o contexto pós Segunda Guerra Mundial criou duas zonas de influência na Europa. Desse modo, para entender melhor a construção destas teorias, inicialmente, propõe-se uma breve análise da agenda econômica durante a Guerra Fria, como os atores e instituições em ascensão naquele contexto influenciaram na construção das principais teses de transição ao fim no início da década de 1990.

1.1 AS MUDANÇAS DO PÓS SEGUNDA GUERRA

As constantes ameaças e sinais de conflitos do início do Século XX, advindas das experiências da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, trouxeram a necessidade de novas instituições que soubessem lidar com diferentes realidades econômicas. Passou-se a enxergar na concorrência intercapitalista e no protecionismo estatal, importantes fatores da rivalidade que levou à Segunda Guerra Mundial. Dessa maneira, para a boa manutenção do sistema internacional, era importante a criação de mecanismos que favorecessem a negociação política e o comércio internacional (HARVEY, 2011).

Foi neste cenário que, em julho de 1944, representantes de quarenta e quatro nações se reuniram na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos. Naquela oportunidade, definir-se-iam os novos arranjos para a economia internacional no cenário pós-guerra. Foram estabelecidas regras para as relações comerciais e financeiras e se fixou o dólar como indexador das principais moedas do mercado internacional. A prioridade da economia capitalista foi, então, garantir o crescimento mundial e elevação dos empregos. Assim, foi estruturada uma série de instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução (BIRD) e, principalmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) em

1945 (GASPAR, 2015). É importante salientar que os Estados Unidos passaram a ser um importante ator naquele momento, seu território e recursos estavam intactos, o país sozinho concentrava boa parte da liquidez mundial, sua infraestrutura industrial permaneceu ileso e bastante aquecida, tornando-o o maior credor global. Vultuosas somas de recursos foram injetadas com objetivo de promover as principais economias capitalistas devastadas pela guerra¹. (GASPAR, 2015).

Entretanto, além dos Estados Unidos, havia um outro forte ator envolvido na agenda de reconstrução global. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) emergiu com um forte poderio político ao fim da Segunda Guerra, incorporando, desta forma, países da Europa Oriental ao bloco socialista. Neste cenário de reconstrução, iniciou-se um novo embate político-estratégico: de um lado, os Estados Unidos como principal apoiador do mundo ocidental capitalista, enquanto, do outro, a União Soviética no mundo socialista.

Segundo Wallerstein (2002),

a questão do desenvolvimento econômico virou de repente uma pandemia entre políticos, jornalistas e estudiosos [...] nas universidades de todo o mundo, o desenvolvimento passou a ser o novo assunto centralizador do trabalho intelectual”, estava amplamente aceito que o Estado deveria concentrar seus esforços no crescimento econômico, pleno emprego e garantir os processos do mercado através de suas políticas “keynesianas”. (WALLERSTEIN, 2002, p.123)

A forma de organização político-econômica no cerne da agenda internacional até a década de 1960 é algo que David Harvey (2014) chama de “liberalismo embutido”. Os Estados intervieram ativamente na política - seja essa fiscal, monetária, industrial - para garantir o crescimento econômico pós-guerra. Nos países do centro, políticas redistributivas, ampliação dos gastos públicos e a criação do Estado de bem-estar social caminharam juntas com as taxas de crescimento.

Ao fim da década de 1960, os mercados começaram a dar sinais de saturação. O liberalismo embutido começou a entrar em crise em todo o mundo: em contrapartida aos últimos anos, o desemprego e a inflação se espalhavam, as políticas keynesianas características do período pós-guerra já não funcionavam como antes. A insatisfação da classe trabalhadora promoveu uma série de movimentos organizados por melhoria salarial. O cenário resultou numa série de debates, polarizados entre aqueles que

¹ O Plano Marshall teve recursos a fundo perdido direcionados especialmente para o Japão e a Europa Ocidental. (GASPAR, 2015, p.268)

apoiavam o planejamento central e aqueles que argumentavam pela liberalização do poder corporativo e dos negócios, reestabelecendo as liberdades do mercado. Esse último grupo se tornou ganhador do debate, representando uma vitória a ascensão neoliberal (HARVEY, 2008).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, viu-se uma forte ascensão de movimentos antissistêmicos em todo o mundo. Wallerstein (2012) chama estes movimentos de Revolução Mundial de 1968, os quais se trataram de diversas rebeliões lideradas por jovens e estudantes no ano de 1968 em diversos locais do globo. Tais manifestações representaram ataques às várias estruturas de autoridade, principalmente, provenientes da hegemonia dos Estados Unidos da América. O bloco socialista também não escapou de perturbações, visto que movimentos de desobediência civil também aconteciam por lá, como a Primavera de Praga, em 1968 (que será devidamente comentada no segundo capítulo deste trabalho). Entre 1945 e 1970, houve um considerável empenho em ampliar os meios e níveis de produção no planeta. Neste período, o PIB e PIB per capita foram os principais parâmetros de medida de crescimento econômico e indicador de desenvolvimento. Segundo o autor, os eventos de 1968 tiveram sua origem na contestação de que o desenvolvimento nacional não aconteceu conforme planejado.

Gaspar (2015) aponta que o status estadunidense de líder econômico global passou a sofrer abalos já durante a década de 1960, mas foi no início da década de 1970 que sua hegemonia entrou em xeque. As tensões da economia mundial se intensificaram e refletiram sobre o preço das matérias primas, sobretudo, sobre o principal insumo energético naquele momento: o petróleo. Wallerstein (2012) destaca que a estagnação econômica de 1970 e a Revolução de 1968 resultaram em um enfraquecimento do liberalismo.

Ainda que os movimentos de 1968 buscassem pautas de questionamento ao autoritarismo, não funcionaram como um vetor de enfraquecimento do capitalismo, uma vez que, mesmo assim, a economia mundial caminhou para reformas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990. Para Wallerstein (2002), a estagnação econômica internacional se desenrolou em dois dramas centrais ao longo das décadas de 1970 e 1980. O primeiro foi a elevação do petróleo pela Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP). Para o autor, muitos países do Terceiro Mundo começaram a sentir os efeitos do ritmo do crescimento combinado com o esgotamento

de reservas monetárias e sociais. Os anos 1980 foram marcados por uma sucessão de dificuldades econômicas para países periféricos. Assim, a Crise da Dívida Pública foi o segundo ponto relevante ao revés da nova economia internacional. Os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se mostraram impacientes frente às dificuldades econômicas vivenciadas pela periferia, impondo rigorosas condições no Fundo Monetário Internacional, submetendo-os a repreensões do mercado e privatizações - a indulgência keynesiana havia ficado para trás. Para Wallerstein (2012), este movimento recebeu o rótulo de neoliberalismo e tal marco foi usado, através do Fundo Monetário Internacional, para impor um novo programa de desenvolvimento mundial chamado de Consenso de Washington (1989). O novo programa desenvolvimentista demandava aos países não desenvolvidos a priorização do crescimento orientado às exportações, abertura de fronteiras para investimento direto externo e privatização de empresas estatais.

Com a queda do regime comunista, em 1989, o início dos anos 1990 foi marcado pela emergência de vinte novos países no mercado internacional. A tentativa de transformar economias centralizadas em economias de mercado alinhadas à expectativa internacional de bom funcionamento era algo inédito. Os primeiros anos do processo foram marcados por intensos debates sobre qual seria a maneira mais eficaz de atingir sucesso na condução das novas políticas. A maioria dos países se manteve em concordância com as regras aplicadas aos países do Primeiro Mundo pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Naquele momento, não havia uma receita pronta de como lidar com a crise do endividamento externo latino-americano da década de 1980 (KOLODKO, 2006), mas, naquele momento, a retórica neoliberal era recebida como principal tratamento para a superação de eventuais percalços das economias emergentes. Essa análise foi bastante defendida pelo FMI e Banco Mundial, bem como importantes tomadores de decisão do contexto, como o Primeiro Ministro Tcheco Vaclav Klaus².

No início dos anos 1990, os países que eram socialistas estavam determinados a se livrarem do antigo sistema, não adaptado aos desafios da economia mundial. Carentes de estruturas econômicas, instituições e políticas que auxiliassem a

² Václav Klaus formou-se em Economia e Comércio Exterior pela Universidade Econômica de Praga em 1966. Aproveitou o breve período de liberalização durante o regime comunista tchecoslovaco dos anos 1960 e passou um período estudando nos Estados Unidos e na Itália. Retornou em 1968, meses antes da Primavera de Praga, desempenhando um importante papel no movimento dissidente durante o regime comunista. No governo interino de 1989, foi Ministro das Finanças.

constituir o processo transitório, os longos anos de economia planificada implicavam na necessidade de estruturadas reformas para um próspero desenvolvimento. Diante desse cenário, em 1991 foi fundado o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD, sigla em inglês)³, com objetivo de fazer com que os países da Europa Oriental se assemelhassem mais aos da Europa Ocidental (GALLOP, 2011). Assim, reformas para a transição da economia planificada à economia de mercado foram incentivadas, seguindo as recomendações de estabilização econômica por meio de liberalização e privatização advindas de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

1.2 TERAPIA DE CHOQUE VERSUS GRADUALISMO

O tópico anterior forneceu um breve contexto econômico e os fatores que influenciaram nos dois principais programas de transição adotados pelos países recém saídos do bloco comunista em 1989. É importante considerar que a transição desses Estados à economia de mercado foi marcada por incertezas e ausência de qualquer paradigma histórico anterior, não havia qualquer experimento que guiasse o melhor caminho a ser seguido. Desse modo, em 1990, após a queda do regime comunista, os governos recém democráticos iniciaram um processo de mudanças abrangentes voltadas para a criação e consolidação na economia de mercado mundial. Diversas incertezas permearam a discussão sobre a melhor forma de conduzir essa jornada. Dois grupos majoritários se destacaram na condução dos debates, sendo estes os defensores do *big bang* (terapia ou doutrina de choque) e os gradualistas.

A transição para a economia de mercado é um processo de modificações complexas em vários níveis, tanto econômicos quanto políticos. Kolodko (2000) aponta que em nível econômico existem três diferentes esferas de interação das quais partem as alterações, sendo essas: liberalização econômica e estabilização macroeconômica; reformas estruturais e mudanças institucionais; e reestruturação microeconômica da capacidade industrial. Para o autor, a liberalização está no centro

³ O EBRD foi uma instituição fundada em 1991 durante a dissolução da União Soviética, inicialmente, com o intuito de ajudar a construir a Europa Central e Oriental no contexto pós Guerra Fria. Na época, as duas instituições estavam reunidas no acordo de criação, sendo essas o Banco Europeu de Investimento (BEI) e a Comunidade Econômica Europeia (CEE), atual União Europeia (GALLOP, 2011).

da transição e deve ser acompanhada por fortes intenções de estabilizar a economia, especialmente contraindo déficits fiscais e controlando a inflação. São esses os dois principais pontos que podem ser executados de maneira gradual ou radical.

O modelo da Teoria de Choque ressalta a interdependência das relações econômicas, implicando que as reformas devem ser introduzidas simultaneamente e o mais breve possível (MARANGOS, 2003). Seus defensores, como Lipton e Sachs (1990), afirmam ser necessário “um salto à economia de mercado”. Segundo os autores, o primeiro passo de um governo comprometido com um programa de ajuste rápido e abrangente deve ser acabar com o excesso de demanda para que a economia de escassez leve a um aumento pela busca de renda, diminuição de filas, entesouramento e antiexportação. A austeridade fiscal e monetária, em conjunto com uma desvalorização pecuniária, permitirá o estabelecimento de uma moeda conversível estável e, assim, o fim da alocação burocrática do comércio. O segundo passo do salto à economia de mercado é a criação da concorrência de mercado baseada na desregulamentação de preços, livre comércio, plena liberalização do setor privado e o fim da monopolização do setor estatal. Para isso, os preços devem ser desregulamentados rapidamente, em paralelo ao programa de austeridade macroeconômica, para os autores, preços relativos adequados são cruciais para melhor realocação de recursos. Por fim, o terceiro passo do processo deve ser a privatização. Lipton e Sachs (1990) possuem ciência de que esse processo pode levar muitos anos, mas os autores recomendam que, nesse ínterim, as empresas estatais sejam administradas de forma bastante minuciosa e rígida, de forma a controlar os desperdícios financeiros.

Para Woo (1994), na prática, o *big bang* consiste em quatro ações implementadas de forma rápida e simultânea ou em rápidas sucessões. Primeiro, uma liberalização completa ou quase total dos preços. Em segundo, a liberalização do setor comercial por uma desvalorização da moeda no nível do mercado e remoção de barreiras comerciais. Em terceiro, adoção de políticas macroeconômicas anti-inflacionárias, quando o déficit inflacionário será reduzido - o principal método é cortar subsídios às empresas estatais, a política monetária é gerada para produzir uma taxa de juros real positiva e o crédito preferencial para as empresas estatais é eliminado. Por fim, a quarta ação está ligada à legalização de atividades econômicas privadas,

descentralização de decisões de produção e investimento e anúncio de privatizações iminentes de empresas estatais.

Svejnar (2001) aponta que mesmo cada país tendo suas características próprias que influenciaram no curso das transformações, algumas situações se repetem. Para o autor, os países que escolheram seguir uma transformação rápida focaram em políticas fiscais e monetárias restritivas em nível macroeconômico, com controle de salários e taxas de câmbio fixas. Nesse mesmo nível, avançaram na liberalização dos preços, que frequentemente não eram controlados pela taxa de câmbio. Foram removidas barreiras à criação de novas empresas, bancos e privatizações em pequena escala aconteceram. Além disso, desde o início, a maioria dos governos rompeu o sistema de único banco estatal funcionando como banco central e fonte de investimentos, permitindo a criação de outros novos e independentes do Estado.

Quanto às reformas graduais, Wei (1997) traz uma boa definição, da qual uma reforma gradual como a implementação simultânea de um conjunto de reformas que podem ser executadas independentemente umas das outras e gerando impactos mínimos em um extenso período temporal, enquanto um *big bang* implementa várias reformas de maneira rápida e em um concentrado espaço de tempo. O principal argumento a favor da abordagem gradualista consiste no fato de que medidas graduais podem evitar custos excessivos, não apenas em nível social - os quais tendem a reduzir a qualidade de vida do país no início de uma reforma - mas também custos orçamentais ao governo. Além disso, a abordagem gradualista permite uma metodologia de tentativa e erro durante seu percurso, contribuindo para o aumento da credibilidade do governo. Na visão de Wei (1997), uma reforma que possa vir a ser conveniente poderá ser impedida por uma maioria caso implementada de maneira muito rápida - em um *big bang* -, mas a mesma reforma poderá ser eficaz caso executada a partir de um processo gradual.

As reformas graduais envolveram o maior desenvolvimento e a aplicação de leis, regulamentos e instituições, as quais visam assegurar um bom funcionamento da economia de mercado. Além disso, enfatizam o desenvolvimento de instituições e recursos suficientes para se fazer cumprir regras e evitar que interesses especiais sobressaiam às necessidades do país em processo de mudanças, por isso, destacam:

As reformas do Tipo II⁴ enfatizam que a transição requer não apenas o desaparecimento de um estado ditatorial onipresente, mas também a criação de um aparato estatal confiável que forneça condições equitativas para a economia de mercado (SVEJNAR, 2001, p. 6, tradução nossa)⁵

Roland (2001), estudioso do gradualismo, destaca que o sequenciamento apropriado e preciso das reformas graduais constitui fortes grupos eleitorais futuros baseados nos resultados apropriados advindos. Para os seus defensores, na presença de incertezas, a abordagem gradualista tende a ser mais sustentável pois permite um apoio político menos ininterrupto e mais longínquo.

A distinção entre as duas abordagens é comumente utilizada para diferenciar a velocidade e extensão das reformas, classificando-as em rápidas ou longas. De um modo geral, os países em transição se desenvolveram de maneiras distintas ao longo dos anos e, para fins analíticos, alguns índices foram criados com o intuito de medir a jornada da transição de uma economia planificada, com forte propriedade estatal, para uma economia de mercado (HAVRYLYSHYN, 2006).

Diversas métricas foram usadas na literatura para classificar e analisar o desenvolvimento das reformas. Para acompanhar resultados econômicos, foca-se em índices como crescimento, inflação, alocação de recursos, desemprego, dentre outros. Há também os indicadores de “contribuições políticas”, que buscam interpretar a distância que um país percorreu. No caso deste cenário, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) em 1994 criou um conjunto de indicadores chamado de “*Transition Progress Indicator*” (TPI), isto é, “Indicador de Progresso de Transição”. As avaliações são feitas em nove áreas, sendo estas: privatização em grande e pequena escala; governança e reestruturação empresarial; liberalização dos preços, sistema de comércio e câmbio; política de competição; reforma bancária e liberalização das taxas de juros; mercado de valores imobiliários e instituições financeiras não bancárias; e reforma de infraestrutura – que, juntas, cobrem os quatro elementos principais de uma economia de mercado - empresas, mercados e comércio, instituições financeiras e infraestrutura, segundo o BERD. A

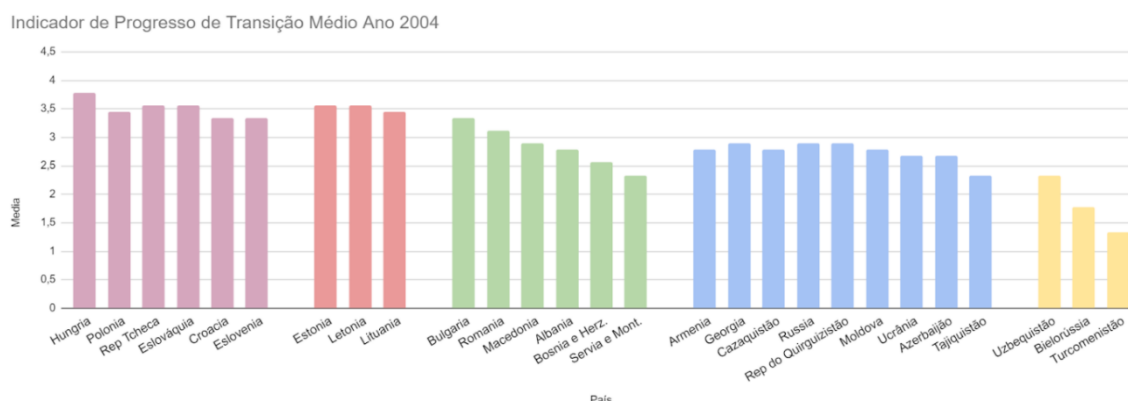
⁴ Svejnar (2001) usa a nomenclatura de reformas Tipo I para as abordagens graduais e Tipo II para *big bang*.

⁵ “Type II reforms emphasize that transition requires not only the withering away of an omnipresent dictatorial state, but also a creation of a reliable state apparatus that provides a level playing field for the market economy” (SVEJNAR, 2001, p. 6).

pontuação do Indicador reflete o progresso do país no sistema indo de 1 a 4+⁶, sendo 1 caracterizando um regime de economia planificada e 4+ uma economia funcionando completamente em nível de mercado, denominado Indicador de Progresso de Transição.

Havrylyshyn (2006) propõe uma análise através dos indicadores de transição do BERD. O autor aponta que o índice TPI é útil para pensar na contribuição política. Apesar dos países já possuírem seus próprios índices, esses dados fornecem uma série temporal consistente que permite a comparação direta com outros indicadores. Assim, para explicar como funciona a velocidade de extensão das reformas, Havrylyshyn (2006) faz uma análise do Relatório Anual do BERD de 2004 utilizando o TPI do mesmo ano como apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Indicador de Progresso de Transição (BERD)⁷



Fonte: elaboração própria da autora com dados extraídos do Relatório de Transição de 2004 do Banco Europeu de Desenvolvimento e Reconstrução, p.6.

⁶ As pontuações são baseadas no sistema de classificação, que foi originalmente desenvolvido no Relatório de Transição de 1994, mas foi refinado e alterado em relatórios dos anos seguintes. As classificações “+” e “-” são tratadas adicionando 0,33 e subtraindo 0,33 do valor total. A média é obtida por arredondamento para baixo, por ex. uma pontuação de 2,6 é tratado como 2+, mas uma pontuação de 2,8 é tratada como 3- (Relatório de Transição de 2004, p.199).

⁷ Havrylyshyn (2006) propõe uma média simples entre os oito indicadores de transição apresentados no relatório do BERD de 2004. O valor para cada país é uma média de oito indicadores separados: privatização em grande escala, privatização em pequena escala, governança empresarial, liberalização de preços, liberalização do comércio, liberalização bancária e outras reformas do setor financeiro. Segundo o autor, como não há média ponderada, para análise comparativa média simples não é irracional, sendo usada frequentemente pelo próprio BERD (HAVRYLYSHYN, p.49-50,2006).

A Figura 1 apresenta os indicadores de progresso de transição de vinte e sete ex-países comunistas até 2004. Para o autor, a velocidade e o escopo das reformas nos primeiros anos após o fim do regime são essenciais para distinguir entre as duas abordagens. Portanto, definem-se como reformadores rápidos os países que viram sua pontuação no TPI aumentar em 1 ponto ou mais ao longo de um período de três anos. Através dos resultados da Figura 1, Havrylyshyn (2007) agrupa os países de acordo com suas estratégias de transição, o Quadro 1 ilustra essa categorização.

Quadro 1 – Países em Transição Agrupados por Estratégia de Reforma Iniciais

| <i>Big bang sustentado</i> | <i>Big bang abortado</i> | Reformas graduais (Início Avançado ou Progresso Constante) | Reformas graduais | Reformas limitadas |
|---|---|--|--|---|
| Estônia Letônia Lituânia Rep. Tcheca Polônia Eslováquia* | Albânia Bulgária Macedônia Quirguistão Rússia | Croácia Hungria Eslovênia | Azerbaijão Armênia Geórgia Cazaquistão Ucrânia Tajiquistão Romênia | Belarus Uzbequistão Turcomenistão |

* A Eslováquia passou por rápidas reformas econômicas entre 1990 e 1992, quando fazia parte da federação da Tchecoslováquia.

Fonte: HAVRYLYSHYN, 2007. p. 6. Tradução nossa.

O quadro parece indicar que as heranças do regime comunista influenciaram na escolha pelo programa de transição. Godoy e Stiglitz (2006) apontam ao fato da existência de fatores pré-transitórios ou pré-reformas, como renda per capita, estrutura econômica (os autores destacam, aqui, a fração da economia na agricultura ou o volume dos equipamentos em commodities que são facilmente comercializadas internacionalmente). Também vale ressaltar o nível de dependência da Rússia, por exemplo, quanto de imposto ou subsídio cada um dos países para se determinar até que ponto o declínio ou as dificuldades enfrentadas estiveram relacionadas à economia russa. Cornia (2012) ressalta que os países do bloco comunista emergidos da Europa Oriental e os da antiga União Soviética sempre foram muito diferentes,

sua heterogeneidade possui origens distantes e se encontram suas raízes em dotações diferentes de recursos naturais, geografia e desenvolvimento cultural ao longo de vários séculos (CORNIA, 2012, p. 293, tradução nossa)⁸.

Apesar de uma ênfase comum nas políticas de liberalização de preços, privatizações de negócios e moradias, reorientação ao comércio exterior, as estratégias de reforma se alteraram muito entre os países (CORNIA, 2012, p. 294). Levando em consideração os fatores pré-transitórios, é visto que as antigas Repúblicas Soviéticas herdaram uma dificuldade maior para se desenvolverem do que aquelas que eram apenas membros do bloco comunista devido à forte dependência que possuíam da Rússia, como o caso da Tchecoslováquia. Na Figura 1, é notável que os países europeus tiveram um desempenho maior no processo transitório quando comparados aos outros países. Ramos (2010) aponta ao fato de que os constrangimentos herdados do regime comunista tiveram um impacto na maneira pela qual os programas foram conduzidos. Dessa maneira, aqueles países nos quais o cenário econômico era melhor no início do processo optaram por estratégias no estilo *big bang*, enquanto aqueles que tinham um desempenho mais modesto se mantiveram cautelosos e optaram por uma reforma com risco de constrangimento menor, isto é, inicialmente mais lentas ou não conseguiram sustentar os custos de uma reforma estilo *big bang*.

Já Roland (2001), estudioso do gradualismo, propõe uma análise do impacto geopolítico para entender as diferenças nas trajetórias entre a transição dos países europeus de um lado versus Rússia e antiga União Soviética de outro. Para o autor, os fatores geopolíticos são uma importante chave que foi subestimada desde o início da transição. Economistas focaram o processo como uma mudança ideológica em direção à democracia e ao mercado, mas, segundo Roland (2001), para a população desses países, o fator mais importante é a mudança de status de país satélite comunista para país pertencente ao bloco ocidental. Aos países europeus, tratou-se de uma oportunidade de se consolidar a Europa Ocidental a União Europeia, a recompensa de pertencer ao grupo das nações ocidentais torna mais vantajoso assumir os custos da transição. Desse modo, o autor destaca que a expectativa de integrar o grupo da Europa Ocidental fornece credibilidade popular ao processo

⁸ "Their heterogeneity has distant origins and finds its roots in dissimilar endowments of natural resources, geographies and cultural developments over several centuries" (CORNIA, 2012, p. 293).

político e econômico de transição, uma vez que, é muito mais desastroso ficar de fora do *clube ocidental* do que assumir os custos da transição. Em contrapartida, o impacto geopolítico na Rússia foi bem diferente. Roland (2001) considera que, por lá, a transição representou a perda do império soviético e de territórios pertencidos à Rússia Czarista, como Ucrânia e Estados Bálticos. Em nível popular, implica incertezas a milhões de famílias das antigas repúblicas soviéticas, não há expectativa ou almejo de entrada desses Estados à União Europeia. A grande vantagem territorial da Rússia resulta em ganhos limitados e menos atraentes de investimento direto externo.

Quanto às instituições, Popov (2007) assinala que o *mainstream* deu muito enfoque a liberalização e estabilização como principais políticas e ignorou a importância das instituições no processo transitório e ressalta que a liberalização, sozinha, desacompanhada de instituições fortes, não pode assegurar bons resultados. A diferença de resultados iniciais das reformas, dos quais permite separar os países em grupos, implica a importância dos fatores políticos e institucionais no debate sobre a velocidade das mudanças. Popov (2007) ainda destaca o fato de que na medida em que a velocidade da liberalização era determinada por forças da economia política, isto é, fatores internos, seria possível impulsionar ou reter a liberalização, com distorções advindas do momento pré-transição que poderiam levar ao colapso da produtividade durante a liberalização. Assim, observa-se que um impacto negativo pós-abertura está associado à capacidade da economia de se ajustar a novos índices de preços que emergem desta. Roland (2001) destaca que o papel da seguridade social no resultado das reformas é bastante explícito. Os países da Europa Central e Oriental que conseguiram empregar e sustentar reformas rápidas, como República Tcheca, Polônia e Hungria, enfrentaram gastos sociais maiores, como seguro-desemprego, pensões, subsídios, dentre outros incentivos. Dessa forma, a rede de segurança social ajudou a mitigar os efeitos negativos da transição, enquanto, os países considerados os outros países, considerados reformadores mais lentos tiveram dificuldades de manter subsídios e, conseqüentemente, tiveram dificuldade maior em aplicar uma transição mais veloz. Aslund et al (1996) trazem que nos países com reformas radicais a inflação atingiu o pico no ano de liberalização dos preços e depois caiu, ao passo que os reformadores graduais têm um pico de inflação geralmente um

ano após a liberalização, enquanto, na maioria dos países restantes, a inflação continua acelerando.

No início das reformas, os países da Europa Central e Oriental - principalmente Polônia e Tchecoslováquia - já possuíam um escopo institucional mais alinhado aos padrões ocidentais, o qual permitiu um processo de liberalização com menos distorções, tendo em vista que estes países não foram anexados à República Soviética, suas instituições eram mais desenvolvidas no processo pré-transitório do que aqueles que passaram a boa parte do século XX subordinados a normas e regras durante o regime comunista. Mesmo os países da Europa Central e Oriental tiveram uma economia planificada, entretanto, por possuírem um nível de dependência menor de Moscou, conseguiram ao início das reformas estabelecer instituições mais alinhadas ao padrão ocidental, logo nos primeiros anos. Sendo esses, portanto, alguns dos fatores que facilitaram o seu desenvolvimento ao longo dos anos. Dessa maneira, não se pode desconsiderar o papel da capacidade institucional do Estado para um bom desempenho econômico. Com isso, a transformação não se refere exclusivamente à esfera econômica, mas também à conjuntura política, a longo prazo, uma economia de mercado não consegue ser eficiente na economia global e competitiva internacionalmente sem o amparo das instituições de um Estado democrático e a sociedade civil (KOLODKO, 2001, p.4).

Quanto aos custos sociais envolvidos na transição, algo a ser evitado pelos defensores do gradualismo, porém, diante dos olhos dos rápidos transformadores, a população está disposta a aceitar soluções radicais diante das dificuldades econômicas que está passando (MARANGOS, 2003, p. 946). O apoio internacional a governos que implementaram rápidas reformas era muito alto no início, dadas as metas, objetivos, prioridades e estratégias do FMI e do Banco Mundial, a "ajuda externa" garantiu que a visão de mundo dominante de livre mercado, desregulamentação, privatização e livre comércio também fosse implementada nas economias em transição. Dentre as recomendações dadas estava que as economias em transição reduzirem consideravelmente seus déficits orçamentários, dos quais resultaria em um aumento dos recursos disponíveis para aliviar as consequências negativas "de curto prazo" do programa de transição, como desemprego e reduções nos padrões de vida (MARANGOS, 2003, p.957). Dado esse cenário, o apoio aos governos que implementaram o processo de terapia de choque foi muito alto

inicialmente, mas começou a se deteriorar quando o custo social aumentou. O resultado foi que os governos, que sustentaram o *big bang*, perderam o poder após apenas um mandato e o processo de reforma foi desonrado. Os novos governos, geralmente ex-comunistas, reverteram o curso da reforma e prosseguiram com uma abordagem de transição gradualista (BEAULIER; BOETTKE; KRASNOZHON, 2012).

No caso da Tchecoslováquia, a preocupação da população com o comprometimento do Estado perante as reformas foi facilmente resolvida com a doutrina de choque de Havel, primeiro presidente pós-comunismo, um herói nacional do movimento dissidente. Sua figura como personificação de democracia e liberdade legitimou e trouxe apoio popular às rápidas mudanças iniciadas a partir de 1991 (BEAULIER; BOETTKE; KRASNOZHON, 2012).

1.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A análise teórica apresentada neste capítulo traz a diversidade e as multifaces do processo de transição do regime comunista à economia de mercado. As particularidades de cada país demandam do tema uma visão plural, faz-se notável que não há uma receita a ser seguida, um certo ou errado. As particularidades e desafios de cada país demandam uma visão plural sobre o tema, o que faz desse estudo um tema relevante. O período representa um ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica do mundo, com a dissuasão da União Soviética, os recém-saídos de trás da cortina de ferro aceitaram a mitologia do “livre mercado” (WALLERSTEIN, 2002).

O cerne do estudo deste capítulo não foi escolher entre uma abordagem de transição e outra, tampouco, apontar alguma vitoriosa, muito pelo contrário. O objetivo foi analisar as particularidades e antagonismos entre as duas principais teorias que regem a discussão sobre o tema - o *big bang* e o gradualismo. Com isso, realçar que, apesar da maioria das políticas implementadas nos últimos anos permearem âmbitos semelhantes - liberalização, estabilização econômica e mudanças institucionais -, a velocidade de implementação variou e foi sustentada de maneira diferente de acordo com a condição inicial em cada um dos países. O que se pode perceber de fato é a existência de processos diferentes para ganhos distintos. As mudanças rápidas demandam altas cifras de investimento e aqueles países mais alinhados ao padrão

ocidental receberam incentivo suficiente para lidar com seus desequilíbrios de maneira mais eficaz.

Por fim, a República Tcheca foi um dos países que conseguiu manter um *big bang* sustentado, sendo um importante caso de estudo. Suas características pré-transitórias lhe conferiram condições mais favoráveis para lidar com os desequilíbrios da década de 1990 do que outros países pós-socialistas. Assim, o capítulo seguinte tem como intuito demonstrar como o contexto histórico do país ao fim da Segunda Guerra Mundial e durante o período comunista lhe conferiram condições pertinentes ao processo transitório.

2 OS ANTECEDENTES: A SITUAÇÃO POLÍTICO ECONÔMICA DURANTE O REGIME COMUNISTA

Antes de adentrar na estratégia de transição implementada pela República Tcheca, este capítulo tem por intuito entender o contexto social, político e econômico do país durante o regime comunista, para que se possam levantar os elementos que influenciaram no processo transitório e na implementação das reformas escolhidas ao fim do bloco. Para isso, este capítulo analisa o contexto histórico da Tchechoslováquia, dividido em três grupos históricos: a ascensão stalinista, seu declínio e a ascensão liberal, período de normalização até o fim do regime. Ao longo da discussão, esses períodos serão explicados e analisados em conjunto com os principais desafios políticos e econômicos do país e os principais atores envolvidos na conjuntura.

2.1 A TCHECOSLOVÁQUIA PÓS 1945: A ASCENSÃO STALINISTA

A reemergência da Tchechoslováquia como Estado soberano no período pós Segunda Guerra Mundial representou a esperança de um novo arranjo popular. O período de ausência democrática exacerbado durante o Protetorado da Boêmia e Morávia, desde 1939 e durante a ocupação nazista, aproximou a população de pautas de justiça social e consolidação do crescimento econômico no período pós Segunda Guerra (HALAMOVÁ, 2014). Nesse período, o sentimento popular antinazista foi traduzido em apoio ao movimento soviético, uma vez que o exército vermelho foi um importante ator no processo de libertação do território tcheco e eslovaco da ocupação nazista. Dessa maneira, em abril de 1945, o Presidente Edvard Beneš⁹ retorna do seu exílio pós ocupação alemã e inicia o processo de formação da chamada Terceira República. Seu objetivo era restaurar o processo democrático, com propostas de tornar a nova República uma ponte entre o Leste e o Oeste, capaz de estabelecer relações com ambos os lados (KOHUT, 1989).

A Figura 2 ilustra a importância geográfica da Tchechoslováquia no contexto da Guerra Fria. Com a anexação da Rutênia, região hoje pertencente à Ucrânia, as terras tchecoslovacas se tratavam da principal rota do Exército Vermelho à Europa Central e Ocidental. Além disso, ao leste, o país possuía fisicamente a chamada Cortina de

⁹ Edvard Beneš foi o segundo presidente eleito da Tchechoslováquia em 1935. Ainda em 1938, seu mandato foi interrompido devido à ocupação nazista. Com isso, o líder se exilou em Londres até 1945 e neste período liderou várias iniciativas importantes, sendo muito lembrado por seu perfil diplomático.

Ferro.

Figura 2 – Mapa da Europa durante a Guerra Fria



Fonte: Site Isto É Dinheiro (2019).

Apesar dos esforços, já durante as eleições de 1946, o Partido Comunista (*Komunistická strana Československa, KSČ*) recebeu um forte apoio popular (KOHUT, 1989). Com 38% dos votos das eleições, o Partido Comunista Tchecoslovaco tornou-se o maior partido do país (BOER-ASHWORTH, 2000). Em virtude dessa ascensão, os comunistas começaram a instalar seus membros em todas as posições influentes de departamentos importantes do aparato Estatal.

Halamová (2014) considera que grupos políticos chefiados pelo então Presidente Beneš subestimaram a capacidade de articulação do Partido Comunista, o que favoreceu a consolidação do processo de expansão. Ainda em 1945, uma aliança política foi estabelecida com forte apoio dos soviéticos. O principal objetivo era remover outros partidos da vida política do país. A chamada *Národní fronta* ou Frente Nacional foi composta por comunistas, social-democratas e nacional-socialistas. Com

a influência e força dessa coalizão, membros do Partido começaram a se infiltrar em todos os departamentos de segurança de Estado e partidos políticos. Ao fim de 1947, o Partido Comunista já controlava o exército, a segurança nacional, a segurança do Estado e possuía milícias populares em todos os partidos (HALAMOVÁ, 2014).

Em virtude disso, fevereiro de 1948 ficou marcado pelo triunfo dos esforços comunistas em controlar o país e representou um marco na direção político social tchecoslovaca em direção à União Soviética. Foi neste contexto de ascensão stalinista que a perseguição de pessoas indesejadas estourou, seguida pela elaboração de leis específicas para reforçar o poder do Partido Comunista e seus membros. Halamová (2014) pontua que o comunismo na antiga Tchecoslováquia trouxe as mesmas ferramentas de outros sistemas totalitários, isto é, foi baseado na necessidade de estabelecer uma ideologia oficial em que todos devessem aceitar que o Partido Comunista era a única fonte de poder, além de deter o monopólio do controle de todos os meios armados. Para isso, era muito importante manter a sociedade próxima, oferecer aos seus apoiadores a oportunidade de participar na “transformação da história e construção de melhores amanhã” (HALAMOVÁ, 2014, p.10). Nesta altura, as articulações feitas pelo Partido já possuíam um grande apoio público, muitas pessoas acreditaram na ideia comunista como forma de recuperação no pós-guerra.

Nesse cenário, uma crise se instaurou ainda em fevereiro de 1948, quando partidos democratas tentaram, sem sucesso, impedir abuso de poder da aplicação de leis de repressão criadas pelos comunistas nos últimos anos. Rapidamente, membros do Corpo de Segurança Nacional de todo o país começaram a se organizar para um ataque ao centro nervoso do país - Praga. Isso permitiu a Klement Gottwald, então Secretário Geral do Partido Comunista Tchecoslovaco, iniciar reuniões com o Presidente Beneš para que aceitasse a abdicação de ministros vistos como oposição e, ao mesmo tempo, apresentar tal ação como vontade do povo. Com todo o aparato de segurança e armamento comandados pelos membros do Partido Comunista, forte endosso da União Soviética e, conseqüentemente, do Exército Vermelho, a crise democrática estava cada vez mais acirrada.

Aos poucos, o Partido Comunista conseguiu consolidar seu poder através da coalizão da Frente Nacional, uma vez que, no Parlamento, uma resolução aprovou uma série de medidas. Os principais itens votados tratavam de reprimir milícias que não impedissem manifestações de estudantes; as reuniões de fábricas deveriam

aceitar as resoluções da Frente Nacional, exigir a demissão de Beneš e apoiar a tomada governamental de Gottwald. Em caso de recusa de Beneš, dever-se-ia preparar uma greve geral. Dentro de 24 horas seria convocada uma reunião para a fundação do Comitê Central de Ação da Frente Nacional, que teria a função de solicitar a organização da eleição de um presidente e uma câmara que garantam aos comunistas uma maioria, além de colocar a administração nacional sob o comando de uma gráfica escolhida e rejeitar a impressão de folhetos e notícias agitadores. Deveria, ainda, impedir a importação de imprensa do exterior e instruir a organização partidária (Frente Nacional) a tomar medidas para a dissolução consensual das organizações do partido socialista e popular (HALAMOVÁ, 2014, p 18).

Diante da crise política, o Presidente Beneš aceitou a demissão de doze ministros não comunistas proposta pelo Comitê Central de Ação da Frente Nacional liderada por Klement Gottwald para prevenir o país de ingressar em uma guerra civil, tendo em vista o apoio do Exército Vermelho à Frente Nacional. Neste dia, também foi nomeado um novo quadro governamental composto, majoritariamente, por comunistas, conforme estipulado pela coalizão. Neste mesmo dia, Klement Gottwald falou para uma plateia de cem mil pessoas em Praga sobre a saída dos integrantes considerados ameaças e, com isso, anunciou o fim da crise política (HALAMOVÁ, 2014). Nos meses que sucederam tal evento, Beneš cedeu cada vez mais contra as pressões da Frente Nacional e, em pouco tempo, uma nova Constituição foi estabelecida. O presidente se comprometeu a assinar a chamada Constituição de Nove de Maio, renunciando ao cargo e sendo, assim, substituído por Klement Gottwald, líder do Partido Comunista Tchecoslovaco em 1948 (BOER-ASHWORTH, 2000).

Tal monopólio de poder trouxe importantes alterações, não só para a esfera política, mas em diversos âmbitos da vida pública. Em nível social, foi iniciada a prisão de pessoas indesejadas pelos comunistas. As fronteiras foram fechadas pelo Ministério do Interior. Perseguições e demissões em massa começaram a ser cada vez mais frequentes.

As estimativas do número de atingidos pela primeira onda de expurgos variam entre 25 e 28 mil pessoas. Esse número dobrou nos dois anos após fevereiro. Um terço do corpo de oficiais teve que deixar o exército; metade do pessoal do Ministério das Relações Exteriores, metade de todos os gerentes

comerciais e de empresas. Até maio de 1948, 4.500 alunos foram expulsos e 100 professores universitários e leitores foram demitidos. A Faculdade de Direito da Universidade Masaryk em Brno foi diminuída e reduzida tanto que o regime a dissolveu; 4.525 trabalhadores de escritório foram demitidos de seus cargos governamentais e 1.014 foram aposentados; cerca de 200 funcionários foram demitidos da Prefeitura de Praga e quarenta membros do Comitê Nacional Central de cem membros foram "removidos". (HALAMOVÁ, 2014, p.21 apud HEJL, V. Zpráva o organizovaném násilí. Praha: Univerzum 1990, p.57. Tradução nossa).[1]

Em pouco tempo, profundas mudanças em termos de estrutura econômica também foram dadas. A economia de mercado rapidamente foi substituída por uma administração planejada. No planejamento econômico preparado por Moscou, a Tchecoslováquia tinha como metodologia projetar em um período de cinco anos toda a estrutura econômica do país, assim como os Planos Quinquenais da União Soviética.

O primeiro plano de cinco anos da Tchecoslováquia comunista foi de 1948 até 1953 e seu objetivo primordial foi conquistar a independência econômica no período pós Segunda Guerra sem auxílio das grandes potências ocidentais. A Tchecoslováquia, que já possuía um setor industrial bem desenvolvido, recebeu da União Soviética metas para o aumento da indústria pesada, com ênfase na metalurgia e mineração de carvão (KOHUT, 1989). O objetivo era munir a indústria tchecoslovaca já presente com autonomia suficiente para suprir o bloco com os equipamentos necessários, principalmente, em relação aos armamentos (ADAM, 1974). As mudanças no comércio internacional trouxeram ao país uma importante reorientação do mercado internacional. Nos anos prévios à Segunda Guerra, seu comércio exterior era, majoritariamente, orientado para as necessidades dos mercados ocidentais – e, neste novo período, o volume de suas exportações ficavam destinadas às necessidades do bloco comunista (ADAM, 1974).

Por conseguinte, a década de 1950 foi marcada pela consolidação do Stalinismo tanto em termos econômicos, com a planificação e centralização das economias, quanto em questões sociais, com a forte repressão ideológica e ataques constantes à liberdade de expressão, o que impossibilitou os mais diversos debates, inclusive acerca de indicadores econômicos. Um mecanismo marcante do período stalinista foram os *show trial*, isto é, julgamentos abertos ao público conduzidos pelo Partido Comunista. Os réus eram protagonizados por pessoas consideradas inimigos

do regime, sobretudo, “traidores do stalinismo”, muitos dos acusados eram importantes peças políticas de oposição que não se aproximaram do partido comunista após 1948¹⁰. Tanto os representantes da acusação quanto o acusado já sabiam do veredito final, ou seja, toda a apresentação tinha como objetivo impressionar a população e servir de exemplo a dissidentes e opositores. Esses eventos foram um forte braço de propaganda de terror político nos primeiros anos do regime comunista e tiveram como objetivo personalizar um inimigo político e transformar as diferenças político-ideológicas em crimes comuns a fim de incitar massas, reafirmar a força do regime contra as oposições políticas e proteger sua posição hegemônica (MARGOLIUS, 2006).

Com sua grande aprovação pelas massas, o regime comunista tchecoslovaco se traduziu em uma faceta bastante popular. Rapidamente, durante a década de 1950, o Partido Comunista fez a mais forte ingerência stalinista da região (ROTHSCHILD; WINGFIELD, 1999). Instituído, portanto, a Tchecoslováquia como um dos piores países da Europa Central em termos de liberdade de expressão. Durante os anos 1950, os julgamentos abertos tchecoslovacos foram tão intensos que chegaram a ser considerados mais violentos do que aqueles, inicialmente, criados na própria União Soviética (BOER-ASHWORTH, 2000). Logo, durante os primeiros anos do regime comunista, a repressão sufocou intensamente discursos antagônicos àqueles promovidos pelo regime, sobretudo os ligados a problemas econômicos e políticos.

2.2 ENFRAQUECIMENTO STALINISTA E ASCENSÃO LIBERAL

Em função da morte de Stalin, o ano de 1953 representou o início de uma nova era no Bloco, após vinte e seis anos de stalinismo, Nikita Khrushchev assume a liderança do mundo soviético. Um dos primeiros marcos do seu controle foi a assinatura do Pacto de Varsóvia em 1955, que representou uma resposta à criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949 como uma aliança militar composta por países da América do Norte e Europa. O documento representou um tratado de amizade, cooperação e mútua assistência entre União Soviética, Bulgária, República Democrática da Alemanha, Tchecoslováquia, Hungria,

¹⁰ Milada Horáková foi uma importante figura na defesa dos Direitos Humanos na Tchecoslováquia, atuou como advogada e deputada. Após seu julgamento televisionado, foi executada em Praga em 1950.

Polônia, Romênia e Albânia. O acordo determinava o comando unificado das forças armadas dos Estados membros, a assistência mútua em caso de ataque, e a criação de um comitê consultivo (GOLDFEDER, 1981). Os membros do Pacto de Varsóvia também receberam de Khrushchev uma moderada liberdade em termos de política externa com um dos objetivos sendo desenvolver coordenações políticas e culturais nos seus membros para se tornarem aliados credíveis à URSS em âmbito global (MUEHLENBECK; TELEPNEVA, 2018).

Diante desta possibilidade, a Tchecoslováquia aproveitou para expandir sua rede de contatos bloco afora. Antonín Novotný, Primeiro Secretário do Partido Comunista tchecoslovaco na época, apostou em alianças políticas na região da América Latina. Com o setor industrial do país já pautado na produção de armamentos, tentou-se criar um papel ativo que incluía a multiplicação de laços comerciais e expansão do comércio de armamentos, em virtude do forte setor já consolidado. Novotný ainda era um stalinista tradicional e, mesmo com a iniciativa, sustentou laços estreitos com a União Soviética. Um caso emblemático que resultou dessa expansão respeitosa foi a decisão de fornecer armamentos para Cuba, visto com grande apreço pela União Soviética (MUEHLENBECK; TELEPNEVA, 2018).

Em 1956, durante o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Khrushchev fez um discurso de destaque. Pela primeira vez, dentro da URSS, foram oficializadas denúncias contra Stalin. Em nível interno, o “Discurso Secreto de Khrushchev” representou o rompimento com o mito stalinista, reconheceu a necessidade de reformular ou abandonar conceitos e discutir dogmas. Fora do bloco, simbolizou uma gradativa aproximação com o mundo capitalista e a dissolução do monolitismo socialista, ou seja, a possibilidade para cada país socialista de edificar o sistema de acordo com suas condições internas (GOLDFEDER, 1981).

A brusca mudança ideológica abalou a comunidade soviética, lançando uma série de incertezas na Europa Central. Em resposta, muitos protestos emergiram contra o regime comunista e as pressões sofridas contra Moscou. Ainda na década de 1950, Hungria e Polônia foram grandes palcos de movimentos dissidentes (RETTIE, 2006). Enquanto isso, um forte resquício stalinista permaneceu bastante intacto na Tchecoslováquia. O país seguiu a década de 1950 selado contra qualquer transbordamento do “degelo” soviético contemporâneo, ainda que Khrushchev apontasse a necessidade de mudanças, e movimentos nos países vizinhos

fervilhavam. Rothschild e Wingfield (1999) atrelam tal inércia ao fato de muitos líderes comunistas tchecoslovacos terem sido afetados pelo terror de expurgos stalinistas. Além disso, Novotný comparava a palavra desestalinização como sinônimo de “fraqueza e ceder às forças da reação”. Algumas vítimas sobreviventes das perseguições foram discretamente libertadas da prisão durante 1956 e 1957, mas longe de holofotes midiáticos. Rothschild e Wingfield (1999) destacam que a postura conservadora de Novotný foi aceita por conta da estabilidade e crescimento econômico do país durante a década de 1950.

Partindo na linha do tempo, a década de 1960 é de suma importância para este capítulo. Neste período, a Tchecoslováquia ficou marcada por um impasse tanto na esfera econômica quanto política. Na economia, com o plano de cinco anos de 1960, experimentou-se uma descentralização parcial das empresas da regulamentação estatal e os resultados foram tão imperceptíveis que a medida logo foi posta de lado. Assim, o 13º Congresso do Partido Comunista instituiu uma série de reformas mais amplas de descentralização (KALASHNIKOV, 2012). Segundo Boer-Ashworth (2000), ao longo dos anos 1960, a situação política começou a melhorar gradualmente. Havia uma forte conexão entre a pequena redução da repressão política e a percepção da estagnação política. O excesso de confiança levou o regime a estabelecer metas muito ambiciosas e se presenciou pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial um declínio nos rendimentos nacionais. Perigos econômicos como déficits no balanço de pagamentos, escassez de materiais e aumento de obras de infraestrutura inacabadas começam a surgir. Na esfera política, Rothschild e Wingfield (1999) destacam que o governo tchecoslovaco continuou a ser caracterizado como uma manipulação autoritária da sociedade pelo partido comunista. Com isso, o início da década de 1960 ainda foi marcada por pressões da União Soviética e uma revisão dos *shows trials* do período de 1949 a 1954, do qual Novotný se viu obrigado a reconhecer. Esse movimento de revisão histórica aliado à queda no cenário econômico despertou a insatisfação do povo com o governo tchecoslovaco (ROTHSCHILD; WINGFIELD, 1999).

Neste período, uma crise econômica inflamou rapidamente. A taxa de crescimento industrial foi a mais baixa da Europa Oriental. As importações de alimentos pressionaram o balanço de pagamentos. As pressões de Moscou e do Partido precipitaram um movimento de reforma. Em virtude deste cenário, em 1963,

intelectuais reformistas produziram uma série de artigos científicos críticos ao planejamento econômico, levando o Partido Comunista Tchecoslovaco a revisar a política econômica. Em 1965, sob a direção do economista Ota Šik, um novo modelo econômico foi desenvolvido. Šik foi um economista e político tchecoslovaco e se tornou uma figura bastante importante ao propor um modelo econômico mais próximo à economia de mercado. Para ele,

as condições de desenvolvimento de um país dependeriam da possibilidade demonstrada por sua indústria para atender todas as necessidades em constante crescimento e mudança, da sua capacidade de assegurar rápida e maleavelmente as chamadas mudanças estruturais. Para que se pudesse ter um parâmetro em relação a produção de outros países, seria necessário manter sob observação constantes os custos de produção (GOLDFEDER, 1981, p. 16.).

Segundo Broué (1979)¹¹, a necessidade de melhorias tecnológicas para o desenvolvimento econômico era urgente. Equipamentos velhos não renovados, custos de produção crescentes, lentidão extrema na construção civil, aumento no subequipamento do campo e baixa produção agrícola eram os traços mais evidentes a serem melhorados. Para o autor, era evidente um progressivo afundamento da máquina econômica que antes da Segunda Guerra estava à frente da indústria europeia. A grande mudança estava na produção orientada para o mercado: era necessário que a economia e a produção se adaptassem às necessidades dos mercados internos e externos para que houvesse uma diferenciação e renovação da produção. Além disso, era necessário que a qualidade dos produtos estivesse de acordo com os padrões mundiais.

Neste período, um operário - não necessariamente - bem qualificado tinha um dos mais altos salários da sociedade tchecoslovaca. As empresas subordinadas à economia planificada não se preocupavam com qualidade e competitividade. Com isso, as primeiras tentativas de reforma sofreram um choque de resistências, trabalhadores de empresas não rentáveis se mostraram apreensivos com um possível desemprego e, principalmente, o desnivelamento dos salários (BROUÉ, 1979). Por outro lado, professores universitários, engenheiros, médicos e especialistas

¹¹ Pierre Broué foi um historiador francês defensor do movimento Trotskista. Seu livro "A Primavera dos Povos Começa em Praga" fornece um importante material para entender em pormenores as fontes dos eventos de 1968.

almejavam uma reforma na gestão que resultasse em recomposição produtiva (MELO, 2018).

Além de mudanças econômicas, também se destacava a necessidade de uma reforma política. A importância do Partido Comunista não deixou de ser reafirmada em nenhum momento, mas já considerava suas limitações. Dessa maneira, o governo se comprometeu em dar aos comitês regionais, distritais e nacionais certo grau de autonomia e se abster de substituir a autoridade das organizações econômicas e sociais. Em 1966, a pressão por mudanças continuou, economistas clamavam pela autonomia completa das empresas e capacidade de resposta econômica ao mecanismo do mercado. Escritores publicaram uma resolução pedindo o restabelecimento de livre contato com a cultura ocidental (KOHUT, 1989).

Seguindo esse antecedente de descontentamento, o ano de 1967 já apresentava um cenário de crise e importantes fatores influenciaram nos eventos dos meses seguintes. Para Kohut (1989), o hesitante posicionamento de Novotný quanto à implementação dos programas de reformas intensificou a pressão da oposição reformista. Dessa maneira, em junho do mesmo ano, o Congresso da União dos Escritores representou um novo momento na cultura tchecoslovaca. O evento teve como intuito tornar o movimento social que se iniciou no meio intelectual mais acessível às grandes massas. Foi exigida “liberdade total de palavra, de pensamento e criação” e o fim da “censura política” (MELO, 2018). O fórum trouxe, sem precedentes, ao Partido Comunista Tchecoslovaco e Novotný, nomes como Václav Havel¹², Milan Kundera¹³, Ludvík Vaculík¹⁴ e Pavel Kohut¹⁵, que lideraram debates com a temática da intensa censura e modelos de comportamento determinados pelo partido. O movimento atraiu adeptos rapidamente, em sua maioria, estudantes (GOLDFEDER, 1989).

Imediatamente, o regime de Novotný respondeu com medidas repressivas. A resposta aos tímidos esforços por mudanças, de bom grado para solidificar o apoio

¹² Vaclav Havel tinha apenas trinta e um anos em 1967 quando obteve a reputação de dotado dramaturgo (VONDOROVA, 1998). Posteriormente, em 1990, tornou-se o primeiro Primeiro Ministro pós queda do regime comunista.

¹³ Milan Kundera ganhou proeminência por suas sátiras, das quais a mais famosa é “A Insustentável Leveza do Ser” (1984).

¹⁴ Famoso pelo “Manifesto de Duas Mil Palavras” (1968), documento assinado por milhares de pessoas clamando por reformas no regime.

¹⁵ Célebre dramaturgo, em meados de 1968 se tornou amplamente conhecido pela “Mensagem aos Cidadãos” (VONDOROVA, 1998)

popular, trouxeram um revés para o seu governo. Protestos populares contra as prisões de opositores fizeram que mesmo Moscou pressionasse para a saída do Secretário. Assim, em janeiro de 1968, Noyotný foi forçado a renunciar e foi substituído no cargo de Primeiro Secretário do Partido Comunista Tchecoslovaco por Alexander Dubček (KOHUT, 1989). O “socialismo com face humana” era a principal característica da nova liderança.

Neste novo contexto, a mídia se mobilizou para divulgar propaganda reformista. Uma série de amplas mudanças foi discutida para lidar com cenário da ascensão dissidente. Além disso, propostas de desenvolvimento econômico foram formuladas para reestruturar o setor e, assim, iniciativas bastante ousadas como abertura econômica ao mercado mundial e reformas parciais de mercado surgiram. Em abril de 1968, poucos meses após o início do governo de Dubček, seu Programa de Ação foi publicado. O documento promoveu uma série de outras reformas liberais, incluindo uma Lei de Imprensa que proibia censura, direitos de mobilidade, reabilitação de vítimas políticas, reestruturação constitucional de uma federação com a Eslováquia e, principalmente, a necessidade reconhecida de partidos minoritários no parlamento (KALASHNIKOV, 2012).

Tudo parecia indicar para muitos a aparição de uma feição nova no movimento comunista, uma desestalinização positiva, um hino ao futuro após as lágrimas do passado (BROUÉ, 1979, p.31).

Melo (2018) destaca um outro elemento presente na raiz dos movimentos reformistas: a questão da Eslováquia. O autor aponta que os eslovacos se sentiam colonizados pelos tchecos. Apesar da importância do satélite tchecoslovaco como um todo para Moscou, a região da Eslováquia continuou economicamente atrasada e pobre em relação ao resto do país. Além disso, a maioria dos cargos públicos mais elevados era ocupado por tchecos, enquanto o trabalho menos qualificado foi mantido por eslovacos. Ciente da situação, Dubček propôs a federalização do Estado eslovaco. Sugerindo em seu Programa de governo a federalização da Tchecoslováquia, sem deixar de reafirmar a aliança do país com a União Soviética e outros Estados socialistas, mas rejeitando o stalinismo como caminho para o comunismo.

A pressão popular para a implementação imediata do programa foi intensa. Membros do Comitê Central publicam o “Manifesto de Duas Mil Palavras” como forma de expressar a preocupação com elementos conservadores dentro do Partido

Comunista Tchecoslovaco e forças advindas de fora do país - convidando o povo para tomar a iniciativa de implementar as mudanças (KOHUT, 1989). As reformas de Dubček seguidas do Manifesto de Duas Mil Palavras foram suficientes para deixar a liderança soviética alarmada. A resposta inicial veio por meios diplomáticos, incluindo exercícios militares através do Pacto de Varsóvia dentro da Tchecoslováquia. A organização declarou que não iria permitir a criação de um sistema multipartidário e iria aumentar a censura à imprensa. Enquanto essas premissas fossem respeitadas, a URSS não iria interferir na política doméstica do país (KALASHNIKOV, 2012).

Segundo Williams (1997), nesse grande processo de liberalização característico dos anos 1960 chamado popularmente de Primavera de Praga, destaca-se que o ano de 1968 não foi um confronto com o passado, mas sim uma tentativa de uma união entre democracia e socialismo ainda não replicada em nenhum outro lugar do mundo. Liberais estavam admitindo que o regime comunista tinha falhado em solucionar muitos problemas da sociedade, além de criar outros no processo. A solução proposta, entretanto, não era reviver instituições familiares do país ou do Ocidente, mas construir, de forma eclética, instituições inéditas, supostamente novas e de ordem mais humana. Nesse cenário, no dia 3 de agosto de 1968, representantes dos países comunistas se reuniram em Bratislava, onde “discutiram meios de fortalecer e desenvolver a cooperação fraternal dos Estados Socialistas” (GOLDFEDER, p.48. 1981).

Os membros da conferência consideraram de seu dever chamar a atenção dos povos para o fato de que, em consequência da política agressiva do imperialismo, o clima internacional se mantém complexo e perigoso. Nessas condições, os partidos irmãos dos países socialistas, inspirando-se nos interesses da luta pelo reforçamento dos princípios da coexistência pacífica dos Estados de diferentes estruturas sociais, confirmam mais uma vez sua vontade de ajustar e coordenar suas ações na arena internacional (MELO, 2018, p.45 apud DECLARAÇÃO DE BRATISLAVA, 1968, p.51).

Como visto na Figura 2, a Tchecoslováquia possuía uma posição geoestratégica crucial no cenário da Guerra Fria. Seu exército ocupava uma área defensiva importante, dentre todos os satélites da URSS, posicionado mais a oeste. As indústrias vitais à guerra, que forneciam as forças armadas do Pacto de Varsóvia também estavam em solo tchecoslovaco. Caso o Pacto fosse abandonado, implicaria um vácuo de poder considerável na Europa Central (KALASHNIKOV, 2012).

Melo (2018) destaca que movimentos de grupos jovens e intelectuais contra a censura durante todo o ano de 1968 foram o estopim para a intrusão de forças externas. Assim, nas primeiras horas de 21 de agosto do mesmo ano, o cenário se tornou inaceitável para a União Soviética. Com a justificativa da necessidade em conter o movimento “contrarrevolucionário”, legitimado sob a Declaração de Bratislava, os exércitos do Pacto de Varsóvia¹⁶ invadiram o território.

Aquela noite, 4.600 tanques e 165.000 soldados do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia através de 20 cruzamentos, rolando para oeste a partir da Alemanha Oriental, para sul a partir da Polônia, para oeste a partir da União Soviética e para norte a partir da Hungria, entrando na desprotegida nação que era a Tchecoslováquia. Cinco países participaram da invasão, inclusive forças simbólicas da Hungria e Bulgária. [...] Em sete horas, 250 aviões levaram uma divisão aerotransportada inteira. [...] A operação foi a maior ponte aérea já realizada pelos militares soviéticos fora de suas fronteiras (KURLANSKY, p. 380-381, 2005, tradução nossa).

Ainda nesta noite, o edifício do Comitê Central foi ocupado, Dubček e sua delegação, imediatamente, foram mantidos sob custódia. Antes de ser conduzido coercitivamente a Moscou, o Primeiro Secretário pediu publicamente à população para não se opor militarmente e deu ordens expressas ao exército para não resistir, pois, para ele, era melhor que o seu país fosse visto como um ator pacífico. Assim, como todos os exércitos do Pacto de Varsóvia, as tropas tchecoslovacas não tinham coordenação sem o comando soviético. Por isso, o líder decidiu que a resistência armada custaria apenas vidas e reforçaria a teoria soviética de estar eliminando uma contrarrevolução (KURLANSKY, 2005).

Segundo Melo (2018), a atitude da URSS frente à Primavera de Praga aprofundou a crise. À medida que os tanques apareciam, os jovens tentavam bloquear sua passagem, sentando-se nas ruas, montando barricadas com qualquer objeto à disposição. Duarte e Rabey (2008) apontam que, apesar das tropas do Pacto de Varsóvia receberem orientação para não abrir fogo contra a população, havia uma luta desigual. Tanques e metralhadoras contra coquetéis molotov e ladrilhos lançados contra carros blindados. Rapidamente, as orientações de Dubček foram colocadas de lado: a multidão logo se enfureceu e começou a luta a qualquer custo, principalmente após a morte de estudantes.

¹⁶ Exércitos formados pela Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Bulgária e URSS (MELO, p.41, 2018).

Ludvík Svoboda, presidente da Tchecoslováquia na época, diante do caos e gravidade em que se encontravam as ruas de Praga e por todo o país, viajou para Moscou para negociar a liberdade de Dubček. Em troca, Brejnev impôs uma limitação aos meios de comunicação tchecoslovacos e a assinatura dos chamados Protocolos de Moscou. O documento propunha a promoção de mudanças políticas e culturais, rejeição de interferências externas ao Bloco e um expurgo no Partido Comunista Tchecoslovaco, além do respeito às resoluções da Declaração de Bratislava (SANDER, 2018).

Kurlansky (2005), destaca que os tchecoslovacos foram colocados em uma posição muito enfraquecida: o documento não reconheceu nem a legalidade e tampouco nenhuma das propostas e ações do governo Dubček. Sua delegação retornou a Praga com um documento que não oferecia nenhum proveito das recentes pautas populares. Mesmo assim, o calendário de retirada dos soldados do território dependia do progresso no sentido da “normalização”, processo que perdurou por mais de vinte anos.

A Primavera de Praga representou a emergência do processo revolucionário, mas que não foi completado. Os elementos que formaram a estação transformadora na Tchecoslováquia contaram com as movimentações da juventude para que tivessem as suas demandas ouvidas e contempladas no “socialismo”; a onda contestatória da intelectualidade: artistas, professores, jornalistas e acadêmicos engajados na construção autêntica do socialismo, isto é, intelectuais combatendo pela igualdade substantiva com a liberdade de expressão e liberdades políticas; estudantes que organizaram as manifestações de ruas; e, posteriormente, os trabalhadores que trouxeram a consigna de organização autônoma e independente em relação ao Estado, viabilizaram os conselhos operários para o controle social da produção, em contraponto ao domínio dos *apparatchik*¹⁷ e ao dos diretores das empresas burocraticamente administradas (MELO, p.51, 2018).

2.3 NORMALIZAÇÃO E FIM DO REGIME COMUNISTA

Os eventos ocorridos em 1968 representaram a emergência de um novo contexto político para a Tchecoslováquia. A Operação Danúbio¹⁸ e os Protocolos de Moscou marcaram o início do processo de normalização tchecoslovaco. Nesse

¹⁷ *Apparatchiks* eram membros do “aparato” governamental soviético. Ocupavam cargos burocráticos do governo ou no Partido Comunista.

¹⁸ Nome dado pelos membros do Pacto de Varsóvia para a Invasão da Tchecoslováquia.

contexto, foi mantido um governo de concessões aos soviéticos (KURLANSKY, 2005). Diante da incerteza, as tropas do Pacto de Varsóvia permaneceram em território tchecoslovaco de novembro de 1968 até a queda da Cortina de Ferro em 1991. Em reflexo, as duas décadas subsequentes à Primavera de Praga, demonstraram um desgaste do comunismo soviético, que teve como resposta a necessidade de afirmação de símbolos pelos seus apoiadores (SANDER, 2018).

Para os tchecos, trata-se fundamentalmente de obter a evacuação das tropas de ocupação e o respeito às formas constitucionais da vida política. Para os russos, o retorno ao “normal” passa pela correção dos erros e falhas cometidos no passado pela equipe de Dubcek, e a volta à firme direção do país “pelo partido”, uma luta decidida contra as “forças antissocialistas” (BROUÉ, p. 155, 1979).

Segundo Williams (1997), muitos dos executores da normalização também foram defensores das reformas da Primavera de Praga. Mas diante do temor de um futuro incerto ou pelo vislumbre de um avanço na carreira decidiram se manter alinhados ao Kremlin. Nesse cenário, os oito meses seguintes à ocupação foram marcados por contradições. A liderança de Dubcek se viu dividida entre duas forças mutuamente opostas, uma externa e outra interna. De um lado, Moscou, que, apesar da enorme mudança de equilíbrio na balança de poder a seu favor, foi incapaz de impor totalmente sua vontade. Por outro lado, Praga não conseguiu apoio completo a sua política de compromisso por parte da população (SKILLING, 2015).

O período entre setembro de 1968 e abril de 1969 foi marcado por intenso conflito político. No dia 16 de janeiro de 1969, Jan Palach, um jovem de vinte e um anos, estudante de filosofia, como forma de protesto político, cometeu suicídio ateando fogo no seu próprio corpo (CROSBY, RHEE, HOLLAND. 1977). No dia seguinte ao ocorrido, uma carta de Palach explicou suas motivações, deixando claro seu profundo desacordo com a situação política interna na Tchecoslováquia (BROUÉ, 1997). A ação de Palach foi um protesto não contra a invasão, mas sim contra a resignação do país frente às imposições soviéticas (SHORE, 2009).

Segundo Broué (1997), o suicídio de Palach gerou um novo impulso aos movimentos sociais. Seu funeral reuniu milhares de pessoas no local do ocorrido. Para o autor, a primeira consequência do seu ato foi o reforço nas frentes sindicais. O congresso dos sindicatos ordenou uma parada geral das atividades por cinco minutos

no dia do seu enterro. Golan (1973) descreve que o regime ordenou a evacuação da área após o evento e a polícia recebeu autonomia para prender toda e qualquer pessoa que estivesse se expressando em memória do jovem. Enquanto isso, as autoridades negavam motivação política e uma onda de atos semelhantes ocorreu no país¹⁹. Apesar da intensa repressão, a juventude se manteve desafiadora organizando protestos sempre que possível.

O período pós-invasão pareceu ter acordado os trabalhadores, movidos por um orgulho nacional de uma maneira ainda não acontecida durante o regime. Através do movimento organizado por sindicatos e unindo forças com intelectuais e estudantes, a população representou uma força temida pelo regime (GOLAN, 1973). Quando Dubček e sua delegação retornaram de Moscou a Praga, trouxeram consigo a ilusão de que as reformas iriam continuar. O próprio Dubček acreditou ter escolhido o lado “menos pior” quando aceitou os Protocolos de Moscou, até que, em 17 de abril de 1969, após intensos oito meses pós invasão e desmantelamento das reformas, foi substituído por Gustáv Husák²⁰ na posição de Primeiro Secretário do Partido Comunista da Tchecoslováquia (STORALIK, 2010). Macháček (2016) aponta que Husák focou suas ações em adquirir prestígio e adentrar ainda mais na carreira política. Como líder do Partido Comunista Tchecoslovaco, ocupava a posição mais poderosa do país no momento. Entretanto, a instabilidade política dos últimos meses prejudicou a legitimidade e o apoio popular. Com isso, empenhou-se fortemente para restaurar a credibilidade do cargo de Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia.

Segundo Vilímek (2015), era esperado que a política de normalização colocasse um fim nas propostas reformistas. Assim, as medidas sócio-políticas adotadas no início da década de 1970 tinham como intuito compensar a perda da liberdade. Desta maneira, projetos voltados ao incentivo à natalidade e à construção de moradias foram algumas das medidas compensatórias propostas, mas, apesar de

¹⁹ Em 25 de fevereiro, um mês após a morte de Palach e vigésimo primeiro aniversário do domínio comunista na Tchecoslováquia, Jan Zajic, um jovem secundarista de dezoito anos, em plena Praça São Venceslau, em Praga, ateou fogo no seu próprio corpo (GOLAN, 1973).

²⁰ Gustáv Husák, eslovaco, formado em Direito. Adere ao Partido Comunista clandestinamente em 1933. Em 1951, é preso por “condutas nacionalistas burguesas”, condenado à prisão perpétua. Com Novotný, opondo-se a sua reabilitação, é liberado apenas em 1960 e readmitido ao Partido Comunista e ao Comitê Central apenas em 1963. Faz parte da delegação enviada a Moscou (BROUÉ, p. 233, 1977).

medidas paliativas para aumentar a popularidade, a liderança de Husák trouxe altos custos ao país. Segundo Sobell (1987), dentro do Partido Comunista, atores envolvidos com o movimento reformista foram expulsos, enquanto aqueles que renunciaram às suas convicções pró-reformas foram considerados adequados ao quadro de membros. Ao fim, aproximadamente 327.000 membros foram expulsos durante o processo de verificação de conduta, que terminou em 1971. Para Macháček (2016), Husák foi aos poucos aceitando e divulgando a interpretação soviética sobre os acontecimentos de agosto de 1968. Para o líder, a invasão do Pacto de Varsóvia se tratou de uma assistência internacional, imprescindível para conter a contrarrevolução. Por fim, para cortejar a confiança de Moscou, as reformas de liberalização foram em sua grande maioria enterradas.

Outro fato que marcou o governo de Husák foi a saúde debilitada do Presidente Tchecoslovaco Ludvík Svoboda. Em maio de 1974, médicos concluíram que seu estado de saúde já tinha se agravado de mais e previam sua morte. Com isso, negociações sobre quem seguiria com a presidência apontavam Husák como o favorito. Entretanto, a ideia de um mesmo nome assumindo ambas as lideranças, Secretário Geral do Partido Comunista e Presidência, confrontavam com a chamada “acumulação de postos”, na qual o histórico caso de Novotný na década passada já tinha se mostrado desastroso (MACHÁČEK, 2016). Para solucionar a questão, Brezhnev foi consultado e, além de sinalizar a aprovação quanto à ambição de Husák, também prometeu a retirada das tropas soviéticas do território, na expectativa de obter uma melhora na imagem do candidato com a população. Àquela altura, a constituição previa a alternância no cargo da presidência a cada cinco anos, ou em caso de morte. Como o cenário não configurava nenhuma das situações, uma emenda constitucional foi rapidamente assinada em maio de 1975, aprovando a mudança em relação à saúde debilitada do presidente. Com isso, o Comitê Central do Partido Comunista Tchecoslovaco nomeia seu Secretário Geral para suceder ao Presidente Svoboda. A nomeação de Husák foi anunciada como uma medida temporária, entretanto, seu mandato perdurou por mais de doze anos (MACHÁČEK, 2016).

Para Weiner (1994), o Husákismo fortaleceu a manutenção de um regime repressivo, que lidou de maneira bastante severa com movimentos dissidentes na sociedade civil. Em termos econômicos, o período de normalização trouxe consideráveis custos ao país, advindos de um experimento restrito ao comando

central de Moscou. A economia obteve um crescimento relativamente rápido na década de 1970 (SOBELL, 1987). Assim, o espaço temporal entre 1971 e 1976, foi caracterizado por melhora no desenvolvimento dos padrões de vida e consumo, ainda no sentido de melhorar a legitimidade do regime (VILÍMEK, 2015). Dessa maneira, nos primeiros anos da liderança de Husák, foi notável o desaparecimento gradual das demonstrações populares e oposições organizadas.

O fim da década de 1970 marcou um novo momento para a Tchecoslováquia, tanto no patamar internacional quanto na esfera doméstica. Em janeiro de 1977, foi publicada, em Praga, uma carta com mais de duzentos signatários. O documento denunciou o descumprimento de convenções internacionais sobre direitos humanos, das quais a Tchecoslováquia foi signatária em 1968 e ratificou em 1975. A chamada “Carta de 77” trouxe à tona uma série de violações contra os direitos humanos, os quais o país se comprometeu a respeitar perante o Acordo de Helsinque²¹ (SKILLING, 2015).

Para Skilling (2015), o impacto da “Carta de 77” foi resultado de três fatores os quais estão conectados à questão dos direitos humanos no socialismo. O primeiro deles é que a Carta demonstrou continuidade quanto ao espírito da Primavera de Praga, na busca por um socialismo mais humano. Assim, tocou num assunto sensível a toda a população e desafiou o regime de Husák, que, desde o início, tinha como objetivo suprimir as reformas de liberalização. Seus signatários formavam uma comunidade de pessoas com diferentes convicções, crenças e profissões, mas com um objetivo em comum de viabilizar os direitos humanos no país. Segundo, adquiriu um significado internacional no que diz respeito a essa questão. Em terceiro, despertou simpatia entre partidos comunistas da Europa Ocidental, principalmente, da Itália, França e Espanha, que apoiaram as políticas de Dubček e condenaram a invasão soviética. Para o autor, o documento não fazia referência explícita aos acontecimentos de 1968, mas sim promoveu uma análise das violações sofridas pelo povo tchecoslovaco, como liberdade de expressão, religiosa, informação e imprensa, além do direito de viajar. Também destacava a ausência de iniciativas de programas de mudanças e reformas político-sociais. Ainda segundo Skilling (1978), a Carta foi

²¹ A Conferência ocorrida em Helsinque, em 1975, foi um evento que contou com a participação dos Estados Unidos, Canadá e União Soviética, países europeus e Turquia. Sua ata final é o princípio da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

um desafio ao regime de Husák, sendo a gênese de uma nova oposição. Seus porta-vozes oficiais eram três conceituados representantes: o filósofo tcheco Jan Patočk, o dramaturgo Vaclav Havel²² e o diplomata Jiří Hájek. Além de membros expulsos do Partido, trabalhadores e clérigos, o autor aponta um outro fator importante ao momento: jovens que tinham entre dez e quinze anos em 1968, agora vinculavam memórias da infância aos problemas atuais.

Segundo Goldfeder (1981), o próprio regime se encarregou de fazer a situação tomar proporções gigantescas. Os órgãos de segurança iniciaram uma caça aos seus signatários, com interrogatórios a mais de duzentos apoiadores. A informação sobre a Carta se espalhou, muitos trabalhadores que desconheciam o texto tiveram sua curiosidade aguçada e quiseram tomar conhecimento do conteúdo do documento, o divulgando ainda mais. Ao fim da década de 1970, as tensões prosseguiram. Em relação aos direitos humanos, as condições acerca das perseguições e prisões de apoiadores da Carta eram consideradas desastrosas. Durante o período compreendido entre 1977 e 1981, sessenta e um apoiadores da Carta 77 foram condenados à prisão, muitos tiveram cartas de motoristas revogadas, linhas telefônicas cortadas e casas vasculhadas, além dos muitos ataques físicos (KILLINGSWORTH, 2012).

A oposição política no período pós 1968 também foi marcada pelas chamadas *zonas cinzas*. Segundo Long (2005), as zonas cinzas eram compostas por milhares de trabalhadores que não eram oficialmente pertencentes a grupos dissidentes e nem filiados ao Partido Comunista, entretanto, contribuíram nos movimentos de oposição. No caso da Carta 77, as zonas cinzas não foram signatárias, mas concordaram com seus princípios e sempre que possível agiram em concordância. Levando em consideração esse novo movimento de oposição, o período entre o fim da década de 1970 e o fim da década de 1980 foi responsável pela continuidade do movimento dissidente. Segundo Killingsworth (2012), em meados da década de 1980, forças de segurança tchecoslovaca reduziram os ataques contra a Carta 77 e seus signatários, entretanto, o regime de perseguição ao terror não desapareceu completamente.

²² O dramaturgo Vaclav Havel, porta voz do movimento, foi preso diversas vezes. Em janeiro de 1978, Havel afirmou que jamais renunciaria a Carta 77 e ajudou a fundar o Comitê de Defesa dos Injustamente Perseguidos (VONS, sigla em tcheco). No ano seguinte, ele e outros apoiadores do grupo foram presos e sentenciados a mais de quatro anos por subversão (COTTRELL, 2005).

Em termos econômicos, no ano de 1979 todo o sistema internacional foi abalado pelo Choque do Petróleo e o satélite tchecoslovaco não foi poupado. A primeira metade da década de 1980 foi marcada por uma significativa deterioração econômica. Para Vilímek (2015), os líderes tchecoslovacos estavam muito mais modestos sobre suas políticas sociais durante os anos 1980 do que na década passada. O objetivo final já não era melhorar continuamente o padrão de vida e sim evitar a deterioração do padrão e seguridade social já alcançados (VILÍMEK, 2015).

O ano de 1985 marcou um novo momento na condução das políticas, a nomeação de Mikhail Gorbachev como Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética representou uma nova orientação do Bloco. Para Svec (1988), a deterioração das condições econômicas e políticas, principalmente, na Europa Oriental pautaram uma revisão da política externa soviética. Gorbachev iniciou uma série de novas abordagens políticas com os satélites europeus. Malcolm (1989) destaca que houve “uma mudança do "realismo" obstinado para uma forma de pensar que parece ser baseada na ideia de sociedade internacional mantida unida por interesses e valores compartilhados” (MALCOLM, N. p.659. 1989, tradução nossa)²³. Para Long (2005), ao perceber os déficits econômicos e sociais do bloco, Gorbachev reconheceu a responsabilidade das instituições estatais e do Partido Comunista e, com isso, admitiu a necessidade de reformas abrangentes e uma reestruturação completa.

A partir disso, iniciou-se um processo de maior abertura na sociedade soviética, reconhecendo alguns erros das lideranças anteriores e promovendo a cooperação econômica e política mais próxima dos países ocidentais dos Estados Unidos (VALLA, 1991). Estes ajustamentos permitiram o desenvolvimento do conceito “*our common European home*” levantado por Gorbachev em uma visita a Tchecoslováquia em 1987 e manteve a região da Europa Oriental sob um controle comunista estável e, ao mesmo tempo, transformá-la em ativo econômico e político para os soviéticos (SVEC, p.989. 1988). Esse novo pensamento soviético foi representado através de duas importantes políticas: *perestroika* (reestruturação) e *glasnost* (abertura). Como resultado, os satélites centro-europeus passaram a ter mais flexibilidade para implementar suas próprias políticas domésticas e amplitude decisória nas relações

²³ A shift from hard-nosed 'realism' to a way of thinking that appears to be based on the idea of an international society held together by shared interests and values (MALCOLM, N. p.659. 1989).

externas. Para Valla (1991), *glasnost* e *perestroika* eram propostas muito semelhantes às reformas combatidas durante o processo de normalização tchecoslovaca de 1968. Em 1987, países vizinhos, como Polônia e Hungria, já haviam adotado medidas pautadas na *glasnost* e *perestroika*, ao passo que a liderança tchecoslovaca ainda era a mais relutante da região em aceitar mudanças, uma vez que ainda possuía uma elite política com uma herança bastante tradicional e stalinista.

Ainda segundo Valla (1991), considerando que a elite política tchecoslovaca foi consolidada com a Primavera de Praga, houve uma intensa pretensão em manter forte o controle das esferas econômicas e sociais. O governo tchecoslovaco temia que aberturas econômicas pudessem trazer um retorno de pautas populares por liberalização política como em 1968. Para o autor, o marco desta ruptura está no fato de ter se iniciado verticalmente pelo Secretário Geral da União Soviética e não pelo movimento dissidente local. Killingsworth (2012) destaca mais um fator importante que sustentou a resistência em implementar as reformas. Para o autor, o fator econômico pesou muito em relação ao resto da Europa Oriental, visto que os bens básicos de consumo permaneciam acessíveis e disponíveis, enquanto nos países vizinhos já havia uma escassez de produtos. Para Wheaton e Kavan (2018), o contrato social entre os governantes comunistas envolvia uma barganha implícita do fornecimento dos padrões de vida e segurança do trabalho em troca de uma abstenção de atividades que ameaçavam a estabilidade do Regime, algo que, em termos econômicos, Praga ainda conseguiu manter.

Ao fim de 1987, Gustáv Husák é exonerado do cargo de Secretário Geral do Partido Comunista Tchecoslovaco, sendo substituído por Miloš Jakeš. A alternância da liderança não representou grandes mudanças em termos de reformas e liberalizações, visto que o controle rígido seguiu em vigor (VALLA, 1991).

Para Valla (1991), 1988 representou um ponto de partida para um novo fenômeno de demonstrações e movimentos não autorizados pelo governo. O ano representou o aniversário de diversas datas marcantes para a história da Tchecoslováquia, como os quarenta anos da tomada do regime comunista no país, os setenta anos de independência do Império Austro-húngaro e, sobretudo, os vinte anos da Primavera de Praga. Para o autor, dentre todas as datas, o aniversário da Primavera de Praga era a mais preocupante para os líderes tchecoslovacos, já que

um grande esforço em resistir à *perestroika* e diluir suas similaridades com as reformas de 1968 vinha sendo feito.

No dia 21 de agosto de 1988, aproximadamente 10.000 pessoas se reuniram na capital tchecoslovaca para lembrar os vinte anos da Primavera de Praga. Em 28 de outubro, aproximadamente 5.000 pessoas se reuniram para celebrar o dia da independência. Em 10 de dezembro, 4.000 pessoas celebraram o Dia dos Direitos Humanos. Em todas as situações, a multidão foi recebida com violência e repressão (VALLA, p.45, 1991). Weathon (2018) destaca que tais protestos foram um enfrentamento fundamental ao sistema, pois acarretaram ao Estado esforços de disfarçar a falta de legitimidade, uma vez que a população visivelmente não demonstrava mais os requisitos de lealdade pública. Criou-se assim, um precedente perigoso para a estrutura do regime.

O ano de 1989 prosseguiu agitado nos satélites europeus. Movimentos dissidentes fervilhavam também na Hungria, Polônia e, principalmente, Alemanha Oriental. Em Praga, o mês de janeiro também iniciou com forte movimento dissidente, pois a data representou vinte anos do suicídio de Jan Palach e, mais uma vez, lembrou a invasão soviética de 1968. Ativistas promoveram uma marcha pela cidade e todos os eventos relacionados à Semana Palach foram banidos pelo governo. A polícia respondeu aos atos com uso de força e prisões, dentre elas, a de Vaclav Havel (LONG, 2005).

Em 17 de novembro, aproximadamente uma semana depois da queda do Muro de Berlim, estudantes de Praga promoveram uma nova manifestação para lembrar o 50º aniversário da morte de Jan Opletal²⁴. Estima-se que 50.000 pessoas se juntaram à manifestação pacífica, composta majoritariamente por jovens estudantes que clamavam por diálogo real, eleições livres, liberdade acadêmica, dentre outras pautas. Os manifestantes reivindicaram por um movimento pacífico, entretanto, tiveram uma recepção violenta da polícia como de costume (WHEATON, B. KAVAN, Z. 2018).

As mobilizações iniciadas no dia 17 de novembro de 1989 ficaram conhecidas como Revolução de Veludo. Para Wheaton e Kazan (2018), este período representou

²⁴ Neste mesmo dia, em 1939, o regime nazista executa líderes estudantis e 1200 estudantes universitários foram encaminhados para o campo de concentração de Sachsenhausen. Todas as universidades tchecas foram fechadas e mais de 1.200 professores despedidos. Dentre as vítimas estava Jan Opletal, estudante de medicina que foi morto a tiros durante uma manifestação antialeimã. Sua luta incorporou a resistência dos jovens à ocupação estrangeira em geral e aos atos de perseguição nazista em particular (WHEATON, B. KAVAN, Z. 2018).

um novo passo na articulação de oposição ao regime e seus organizadores viram a necessidade da unificação dos diversos grupos envolvidos. Assim, no dia 18 de novembro do mesmo ano, nasce o Fórum Cívil, que tem por intuito reunir todos os membros da sociedade para uma discussão sobre o futuro do país. Sob a liderança de intelectuais, muitos já conhecidos pela Carta de 77, como Václav Havel, buscavam organizar as manifestações de forma pacífica, também demandavam inquéritos sobre ataques policiais, libertação de prisioneiros e afastamento dos responsáveis pela normalização pós 1968. A partir disso, a potência do movimento estudantil foi sublinhada pela escalada de protestos diários. O maior desafio foi fazer o movimento se espalhar para além do círculo intelectual e ser difundido aos trabalhadores. Ainda assim, o grupo de manifestantes rapidamente recebeu novos apoiadores, passando de 200.000 participantes em 20 de novembro de 1989.

A esta altura, o antigo método de conter a oposição puramente com repressão e violência já não estava mais acessível, uma vez que o movimento já estava com muitos adeptos nas ruas. O Comitê Central tinha poucas opções a não ser responder às demandas do Fórum Cívil e movimento estudantil. Em 24 de novembro, uma reunião extraordinária do Comitê Central foi realizada, em que se prometeu o cumprimento de algumas demandas estudantis, como uma nova lei de imprensa, direito de viajar ao exterior, nova lei eleitoral e reformas econômicas (WHEATON, B. KAVAN, Z. 2018). Poucos dias depois, o então Primeiro Ministro Ladislav Adamec²⁵ deixou seu cargo. No dia 10 de dezembro, manifestantes celebraram o Dia dos Direitos Humanos. Na mesma data, Husák, que ainda era presidente, também anunciou sua saída (VALLA, 1991).

A década de 1980 foi marcada por uma ascendência e retomada dos movimentos de oposição ao regime comunista. Para Wheaton e Kazan (2018), um grande diferencial da Revolução de Veludo foi a participação da geração mais jovem. Para o autor, essa parcela da população não era vulnerável aos mesmos tipos de opressão dos dissidentes mais velhos, uma vez que não tinham dependentes e ainda eram estudantes e, sobretudo, não vivenciaram o trauma de 1968. Na esfera internacional, Valla (1991) destaca que o ano de 1989 foi de suma importância para a região da Europa Central e Oriental como um todo, as políticas de Gorbachev

²⁵ Ladislav Adamec foi político comunista tchecoslovaco, foi o último Primeiro Ministro da Tchecoslováquia, atuando entre 1987 e 1989.

influenciaram no colapso de diversos países vizinhos. Com isso, os esforços da Revolução de Veludo paralelos a uma crise tanto econômica quanto política do regime comunista em toda região culminaram na queda do comunismo na Tchecoslováquia em dezembro de 1989. Assim, após quarenta anos, a década de 1990 se iniciou sob a liderança de Vaclav Havel no cargo de Presidente. Neste momento, a Tchecoslováquia embarca no período de transição de um plano econômico centralizado para uma economia de livre mercado.

2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo teve como objetivo fornecer uma base histórica compreendida entre os anos de 1945 e 1989, pois muitos dos eventos deste período influenciaram na escolha da estratégia de transição a partir de 1989. Diante das informações levantadas, observou-se que, durante todo o período analisado, o país foi um importante aliado dos interesses soviéticos. Alguns fatores relevantes influenciaram nesse relacionamento durante o regime comunista, dentre eles, sua posição geográfica estratégica, como se pôde observar na Figura 2. A atual região da Ucrânia, na época, pertencia à União Soviética e a oeste, a região da Rutênia foi integrada às terras tchecoslovacas. Assim, a Tchecoslováquia desfrutou do privilégio de ter fronteiras diretas tanto com a Europa Ocidental quanto com a URSS, o que, em termos de defesa e segurança, representou um satélite importantíssimo aos soviéticos. A invasão soviética pelo Pacto de Varsóvia afirmou a importância do país perante a União Soviética. A perda do domínio da Tchecoslováquia implicaria um vácuo de poder extremamente relevante na Europa Central (KALASHNIKOV, 2012). Além disso, a permanência das tropas soviéticas durante vinte anos após 1968 reafirmou a preocupação de Moscou com o avanço dissidente e reformista na região.

Outro elemento relevante foi a questão do setor fabril. Sua indústria mais desenvolvida em relação a outros países atraiu atenção dos soviéticos. O país teve um papel importante no fornecimento de produtos manufaturados para todo o bloco. Desde o primeiro momento do plano econômico, Stalin buscou reforçar a indústria local, o que foi vital para a Guerra Fria, pois fornecia ao Pacto de Varsóvia uma posição crucial. Durante a Revolução de Veludo e a Primavera de Praga, as greves e o movimento dissidente entre os trabalhadores representaram uma importante forma de articulação e preocupação para o regime.

Diante dos fatos, observa-se que a região possuiu elementos importantes em termos econômicos, geográficos e político-sociais. Como se viu no primeiro capítulo, a República Tcheca foi um dos países que, durante sua transição, optou por uma reforma rápida. Dedicar-se o capítulo seguinte para entender quais atores estiveram envolvidos no período pós regime, como a transição foi conduzida e seus resultados.

3 A TRANSIÇÃO TCHECA

Como observado ao fim do capítulo anterior, o colapso do regime comunista ao fim da década de 1980 resultou para a Tchecoslováquia a ascensão de um novo período histórico. Conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho, duas teorias predominaram no debate a respeito da condução das reformas dos países em transição. Verificou-se que o país optou por seguir com uma transição rápida, implementando reformas ao estilo *big bang*. No Capítulo II, foi possível observar a importância da Tchecoslováquia como satélite comunista na Europa e sua relevância industrial e econômica ao bloco. Considerando o estudo das duas primeiras partes do trabalho, neste capítulo final se propõe entender os fatores que influenciaram na escolha da Doutrina de Choque em detrimento de políticas mais lentas, quais atores estiveram envolvidos e como foi conduzida a reforma.

Antes de prosseguir com a análise, deve ser enfatizado que em 1º de janeiro de 1993, a República Tcheca e a República Eslovaca foram separadas. Esse tema será explorado em mais detalhes no decorrer deste capítulo final. O termo Tchecoslováquia, portanto, será usado aqui para se referir aos eventos anteriores à separação.

3.1 AS ORIGENS DA MUDANÇA

O povo tchecoslovaco iniciou a década de 1990 com euforia e otimismo quanto ao futuro e refletia a satisfação em ter atingido a liberalização (WHEATON; KAVAN, 2018). Assim, como nos outros países da Europa Central e Oriental recém-saídos do regime comunista, o foco estava no desenvolvimento de uma estratégia de transição.

Dunnorunmo (2006) considera três fatores determinantes no sucesso da transição dos países pós-comunistas. O primeiro deles é o impacto do cenário histórico e as condições enfrentadas por cada um no ponto de partida da transição, principalmente, entre o período de 1989 a 1991. Para o autor, esta variável inclui uma ampla combinação de antecedentes históricos, situações que envolvem a memória coletiva, características culturais predominantes, geográficas, níveis relativos de riqueza ou condições macroeconômicas. O segundo elemento determinante está relacionado às políticas empregadas pelos governos a partir de 1990, e aqui entra o perfil dos reformadores e o nível de comprometimento com os interesses tanto das

elites quanto do povo. Por fim, o terceiro ponto de atenção está relacionado à presença ou ausência de conflitos militares externa ou internamente no início das reformas.

O segundo capítulo teve como objetivo servir de base histórica, como Dunnorummo (2016) aponta, este é o primeiro ponto para se entender a transição nos países pós-socialistas. Como já se viu, em termos geográficos a Tchecoslováquia possuía uma posição bastante privilegiada durante o regime, sendo um importante satélite para os soviéticos. Em termos de memória coletiva, em 1989 muitas das pessoas que eram crianças ou jovens durante a Primavera de Praga já conseguiam associar muitas das pautas daquele movimento à realidade do país ao longo dos últimos vinte anos. Para Münich, Svejnar e Terrell (2005), a identificação histórica do país com a civilização ocidental promoveu um grande esforço dos tchecos em reerguer o status de economia avançada, o autor entende que isso explica a aceitação popular da reforma radical e seus duros resultados. Já Orenstein (1994) considera que a população exibiu incomum otimismo pelas reformas por conta da situação econômica no país, além disso, considera que o governo enfatizou o processo como um sacrifício necessário e, na visão do autor, quando associado a uma melhora nos padrões de vida, tornou-se mais sustentável.

Com relação aos termos macroeconômicos, Svejnar e Uvalic (2009) apontam que as condições econômicas da Tchecoslováquia em 1989 eram bastante favoráveis para receber as reformas. Se comparada com outras economias centralizadas que enfrentaram a hiperinflação já no final da década de 1980, a Tchecoslováquia teve modestas pressões inflacionárias, como, por exemplo, no ano de 1989, em que a inflação cresceu 1,4% (MÜNICH; SVEJNAR; TERRELL, 2005). Ao contrário da maioria dos países da Europa Central e Oriental, como Polônia e Hungria, sua dívida externa era muito baixa e as contas externas estavam equilibradas. Apesar das taxas de crescimento moderadas, o padrão de vida ainda era mais alto do que na Alemanha Oriental e, em 1990, a taxa de desemprego estava abaixo de 1%, bastante inferior se comparada a outros países recém-saídos do regime.

Para Dunnorummo (2006), suas fábricas de médio porte com fronteiras aos mercados europeus e a forte indústria do turismo em Praga favoreceram para manutenção das baixas taxas de desemprego que, em conjunto à entrada de dinheiro, foram fatores positivos para o incentivo de uma implementação vigorosa de reformas

orientadas para o mercado. Orenstein (1994), também enxerga o turismo como uma potente força econômica, sobretudo, em Praga. Já Múnich, Svejnar e Terrell (2005) destacam a questão geoestratégica, a localização no centro da Europa favoreceu o fluxo de pessoas. Assim, o conhecimento ocidental foi maior do que teria sido para um país idêntico localizado mais ao leste. Orenstein (1994) atesta que a República Tcheca foi historicamente a região mais desenvolvida industrialmente da Europa Oriental. Somado a isso, está localizada entre Alemanha e Áustria, duas economias muito desenvolvidas que puderam oferecer boas oportunidades de comércio e emprego. A República Tcheca foi um dos primeiros países pós-socialistas a empregar uma política de transição rápida e, para Orenstein (1994), provavelmente o único país da região em que um partido neoliberal engajou e sustentou por longo prazo um programa radical de transformação econômica.

Múnich, Svejnar e Terrell (2005) apontam também a educação como ponto inicial promissor, apesar do plano educacional centralizado durante o regime comunista, o ensino primário, secundário e técnico foi preservado com padrão de qualidade de acordo com os níveis da OCDE, o que proporcionou uma reserva de capital humano atrativo²⁶. Por fim, o autor destaca que os governantes da Tchecoslováquia dispuseram de mais facilidade para promover reformas radicais do que outras economias em transição que experimentaram um grau menor de progresso econômico durante o regime comunista.

3.2 A ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO

O período pós Revolução de Veludo seguiu com a liderança de um governo transitório até as eleições parlamentares em junho de 1990. Ainda em 1989, o economista Vaclav Klaus²⁷ foi escolhido como Ministro das Finanças. Em 1991, Vaclav Havel assume o cargo da presidência, mas, apesar da grande autoridade moral, a posição é bastante cerimonial com poderes constitucionais limitados. Essas são duas figuras importantes no contexto pós-socialista, pois representaram as duas frentes de debates acerca da transição.

No início do período de governo provisório, conflitos internos sobre o ritmo e

²⁶ Para Múnich, Svejnar e Terrell (2005), o estoque de capital humano foi um atributo muito forte dentre as economias em transição da Europa Central e Oriental, o que as distingue de muitas outras economias em desenvolvimento com níveis semelhantes de renda per capita.

²⁷

natureza da transição econômica começaram a surgir: de um lado Vaclav Klaus, defensor de políticas ortodoxas, autoproclamado discípulo de Milton Friedman e próximo da Primeira Ministra Margareth Thatcher e, de outro, Vaclav Havel figura do movimento dissidente durante o regime comunista e defensor do *capitalismo com face humana* (BRADA, 1991). Levando em consideração a polaridade desses atores, Wheaton e Kavan (2018) trazem quatro fatores que influenciaram os debates deste novo governo acerca da condução das reformas.

Na esfera política, isso envolveu um retorno à democracia e uma quebra irrevogável do poder do partido. No que diz respeito à economia, foi previsto um afastamento do planejamento central para um mercado livre. Socialmente, havia um interesse público amplamente expresso na construção de uma sociedade civil justa e eticamente sã e na demanda pela resolução dos problemas sociais mais urgentes, entre os quais ecologia, saúde e educação eram os mais mencionados. Havia uma preocupação geral do público com a posição da Tchecoslováquia nos assuntos internacionais, que estava relacionada ao esperado retorno da Tchecoslováquia à Europa como um estado livre e soberano (WHEATON, B. KAVAN, Z. Cap. 7. 2018 Edição Kindle, tradução nossa).

Embora Havel fosse adverso ao comunismo, também destilava ataques ao consumismo do Ocidente (ORENSTEIN, 1995). A agenda política entre 1989 e 1990 se pautou em definir como sustentar a estabilidade macroeconômica enquanto se introduzia economia de mercado (MÜNICH; SVEJNAR; TERRELL, 2005). Esse cenário favoreceu o desenvolvimento de uma estratégia de mudanças radicais, como construção do novo Estado, com propostas econômicas de ideologia neoliberal, mas com muitas propostas de bem-estar social em paralelo (ORENSTEIN, 1995).

No âmbito internacional, a emergência das novas economias deu aos ex-países socialistas uma importância significativa na agenda da década de 1990. A transição das novas economias para o mercado global despertou grande interesse em relação à participação desses países na economia mundial. É neste cenário que, meses após as eleições parlamentares de 1990, Praga recebeu visitas de Milton Friedman e Margareth Thatcher. A Primeira Ministra do Reino Unido fez um discurso durante sua visita parabenizando Havel e os membros da Carta de 77 pelo enfrentamento ao regime comunista. Thatcher reforçou o reconhecimento da Tchecoslováquia como uma das principais democracias europeias, deixou explícito o interesse britânico em ter o país como aliado e anunciou interesse em ajudar no restauro das instituições e da livre economia.

A Tchecoslováquia escolheu esse caminho e admiramos as ousadas reformas econômicas que você está empreendendo, por mais dolorosas que sejam suas consequências de curto prazo. Mas, então, uma reforma eficaz costuma ser dolorosa. As pessoas sempre preservarão e suportarão as adversidades se compreenderem que isso as levará a uma vida melhor. E elas veem a maneira como as pessoas vivem, a liberdade, a prosperidade de que desfrutam, nos países que praticam as economias da liberdade. Ao verem isso, certamente sentirão que uma medida de sacrifício vale a pena se trazer um futuro melhor para seus filhos. (THATCHER, 1990, tradução nossa)²⁸

Com forte apoio popular e internacional, Klaus se torna não apenas um símbolo da reforma econômica radical, mas também um grande porta-voz e articulador do liberalismo. Com isso, a Tchecoslováquia torna-se um dos primeiros países pós-socialistas a experimentar uma transformação mais abrupta na economia.

Para Rutland (1993), Klaus é amplamente conhecido como arquiteto do thatcherismo, no entanto, seu programa neoliberal foi muito mais próximo à cultura tcheca. O programa de sua estratégia de reforma econômica proposta em 1990, ainda quando era Ministro das Finanças, consistiu majoritariamente na implementação de estabilização econômica e liberalização dos preços. Segundo Rutland (1993), em janeiro de 1991, 85% do controle de preços do varejo foi abolido, a Coroa teve seu câmbio parcialmente conversível. No mesmo ano, também se iniciou o processo de privatização, a lei sobre 'pequenas privatizações' foi aprovada em outubro de 1990, obrigando a venda de lojas e oficinas por meio de leilão público (RUTLAND, 1993, p.7). O autor também destaca que, nesse período, foi dado início à privatização das indústrias de grande escala, em que empresas estatais foram convertidas em sociedades anônimas e o planejamento centralizado foi abolido. De um modo geral, foi o programa mais perceptível além da liberalização dos preços, conversão da moeda e abertura ao mercado internacional. Mertrlík (1996) explica em mais detalhes como se deu seguimento neste processo.

Os formuladores governamentais do programa de privatização declararam a intenção de transferir, em ritmo acelerado, de 70% a 80% das empresas estatais (EEs) para controle privado. O governo selecionou inicialmente dois métodos como base do processo de privatização: corporativização e venda subsequente das (ex-)EEs a organismos privados; e o método voucher, isto é, técnica não-tradicional de privatização, baseada na livre distribuição de

²⁸ “Czechoslovakia has chosen this route and we admire the bold economic reforms which you are undertaking, painful as their short-term consequences may be. But then reform that is effective is usually painful. People will always preserve and endure hardship if they understand that it will lead to a better life. And they see the way people live, the freedom, the prosperity they enjoy, in the countries which practise the economies of liberty. As they see that, they will surely feel that a measure of sacrifice is worthwhile if it brings a better future for their children” (THATCHER, 1990).

ações das antigas EEs à população. Um terceiro método foi acrescentado pelo Parlamento aos dois mencionados - a restituição natural - ou seja, a restituição da propriedade nacionalizada aos proprietários originais ou a seus respectivos herdeiros, de acordo com os direitos de propriedade detidos em 25 de fevereiro de 1948, data da nomeação do governo que deu início ao processo de transformação da economia tchecoslovaca em uma economia de planejamento central (epc) do tipo soviético. A restituição natural, contudo, dizia respeito apenas à propriedade individual ilimitada, não contemplando parcerias e ações em empresas privadas ou públicas limitadas (MERTLÍK, 1996, p.103).

A política de privatização por voucher foi um grande trunfo do governo. A assinatura de Václav Klaus ainda como Ministro das Finanças saiu estampada nos vouchers, o programa foi notadamente associado à sua figura e ao seu Partido²⁹. Segundo Rutland (1993), ao perceber que o Estado teria que distribuir os ativos devido à falta de capital nacional e à escassez de compradores estrangeiros, cada adulto recebeu uma quantia de cupons para licitar ações das empresas colocadas para privatizar, a receita do subsídio veio por meio de fundos de investimentos privados.

Outra iniciativa do programa de reforma foi a chamada Lei de Falências, iniciada em 1991: a partir daquele momento, nenhuma empresa estatal seria liquidada até 1993. Já em 1992, as exportações à União Soviética caíram 40%, ao passo que as exportações à Comunidade Europeia cresceram em 30%, sendo o comércio de aço com Alemanha tão grande que a Comunidade Europeia definiu um limite a ser comercializado. Münich, Svejnar e Terrell (2005) consideram que, em ordem de manter a estabilidade macroeconômica enquanto se introduziu a economia de mercado, a estratégia foi baseada em restrição monetária, fiscal e controle de salários. Em paralelo, teve-se liberalização de preços e abertura ao comércio internacional, induzindo a uma alocação de recursos com base no mercado mundial.

Ao se tornar Primeiro Ministro em 1993, Klaus precisou lidar com algumas questões para implementar reformas mais radicais. Para Startk e Brustz (1998), no caso tcheco, a autoridade executiva foi constrangida pela constituição, as instituições e a conjuntura. Num panorama conjuntural, o primeiro desafio de Klaus foi constituir um braço de apoio parlamentar, quando nomeado Ministro das Finanças em 1991, ainda não pertencia a nenhum partido, mas rapidamente, no mesmo ano, constituiu o seu próprio chamado de Partido Democrático Cívico, que rapidamente se tornou o

²⁹ O Partido Democrático Cívico, em tcheco *Občanská demokratická strana* (ODS).

maior da Câmara. Essa ascensão no parlamento o ajudou a enfrentar a questão constitucional, pois conseguiu um maior amparo na aprovação de legislações ligadas às novas políticas.

Ainda assim, havia mais um ponto que tendia a constranger seu planejamento: a frente eslovaca. Mesmo em menor número, essa comunidade representava um terço da população da Tchecoslováquia e um importante braço de oposição com o qual Klaus teve que lidar antes de avançar com suas propostas. Desde 1990, negociações tensas entre elites políticas tchecas e eslovacas foram travadas, pois os partidos eslovacos não eram adeptos das reformas rápidas.

A fraqueza da economia eslovaca (e sua maior dependência do mercado soviético) significa que o desemprego subiu para 13% na Eslováquia, enquanto se manteve em 3% nas terras tchecas (RUTLAND, 1993, p. 6, tradução nossa).

Assim, seus representantes estavam mais receptivos a uma política de reestruturação econômica associada ao mercado de trabalho, dada a taxa de desemprego crescente. Uma das heranças comunistas foi o parque industrial menos desenvolvido, uma vez que a maior parte dos investimentos em desenvolvimento industrial foram destinados à região tcheca que já possuía um parque industrial constituído desde a Segunda Guerra Mundial. Deste modo, com um desenvolvimento econômico menos acelerado, a Eslováquia logo sentiu um aumento do desemprego. Assim, os representantes eslovacos eram mais receptivos a uma reestruturação econômica mais gradual e que evitasse um aumento do desemprego (START, BRUSTZ, 1998).

A partir das reformas da década de 1960, o país já constituía uma República Federativa Tcheca e Eslovaca e, desde então, os dois Estados ocupavam a mesma federação. Em 1991, os partidos eslovacos propuseram um tratado que serviria para uma nova constituição federal, com um processo de independência gradual por meio de um acordo de Estado confederado, o projeto foi recebido pelos tchecos com pouco apreço. Em 1992, Vaclav Klaus venceu como Primeiro Ministro Tcheco, enquanto Vladimír Mečiar foi eleito Primeiro Ministro eslovaco. Segundo Rutland (1993), ambos concordaram que o parlamento federal era impraticável e a divisão das repúblicas era inevitável. Assim, apesar das tensões entre tchecos e

eslovacos terem chegado ao seu apogeu de ruptura no mesmo ano, as negociações para separação se deram de forma rápida e tranquila, e sem referendo popular.

Para Shabal et al (1998), o início da negociação do processo de independência das Repúblicas se deu pois a elite política tcheca se recusou a continuar as negociações com a eslovaca e perdeu-se o compromisso em preservar um Estado comum. Assim, em 1º de janeiro de 1993, o “Divórcio de Veludo” foi oficializado e a Tchecoslováquia deu lugar à República Tcheca e Eslováquia (SHABAL et al, 1998). Os autores também consideram que a ruptura aconteceu muito mais pela falta de vontade das elites políticas em manter uma tomada de decisão recíproca para a preservação de um Estado comum do que por um interesse popular. Para Stark e Bruszt (1998), com a separação das Repúblicas o caminho estava muito mais livre para a construção de um programa de transição rápido pautado nas políticas alinhadas ao ideológico neoliberal.

Orenstein (1994) faz uma importante análise sobre os motivos que contribuíram para o sucesso das reformas neoliberais na República Tcheca. Segundo o autor, de um modo geral, reformas rápidas são difíceis de sustentar, pois por gerarem impactos significativos no padrão de vida da população, e que podem levar muitos anos para serem superados. Desse modo, é muito comum uma aversão popular a medidas radicais, visto que a população tende a eleger representantes que prometem restaurar a proteção social. Entretanto, quando essas promessas também falham, o povo retoma o apoio aos reformadores rápidos. Esse movimento de descontinuação política é chamado de ciclo *start-stop-start*, muito comum nas economias pós-socialistas (ORENSTEIN, 1994).

A República Tcheca foi na contramão desse movimento. A resposta a essa diferenciação está no fato de que o país seguiu um conjunto relativamente abrangente de políticas sociais-democratas durante o período de transformação. Esse conjunto de propostas foi desenvolvido para manter o desemprego baixo, evitar a falência de grandes empresas estatais e garantir a construção de uma rede básica de seguridade social. Orenstein (1994) sugere que, no caso tcheco, existiram algumas políticas que permitiram ao governo manter uma aliança com a população durante a reestruturação e romper com o ciclo *start-stop-start*, como políticas de controle do desemprego, fomento do mercado de trabalho e criação de segurança social.

Ainda para Orenstein (1994), as políticas para o controle de desemprego são umas das mais relevantes para manter o apoio público a qualquer programa democrático, pois as pessoas estão dispostas a sacrificar muito do sucesso de uma reforma econômica, se seu emprego não estiver em perigo. O sucesso tcheco para o baixo desemprego se deu por um misto de fatores estruturais e políticas governamentais. O autor também destaca que o país teve um *boom* de crescimento no setor privado, que criou muitos empregos. Além disso, a proximidade com a Alemanha também favoreceu para muitas pessoas a possibilidade de cruzar limites e ir trabalhar no país vizinho, paralelamente, os alemães também consumiam produtos mais baratos na fronteira tcheca. Porém, na sua visão, as iniciativas governamentais foram indispensáveis para a manutenção do baixo nível de desemprego durante o período de transição. Por fim, Orenstein (1994) considera que, para um precursor nas reformas neoliberais, o alcance e profundidade das políticas públicas de combate ao desemprego foram extraordinárias. Também reforça que é mais fácil manter o apoio popular às reformas econômicas enquanto a população estiver empregada. Na transição tcheca, as medidas de controle de desemprego podem ser divididas em quatro grupos:

1. políticas destinadas a prevenir a falência de grandes empresas estatais durante sua privatização e transformação;
2. políticas de controle de salários destinadas a manter a força de trabalho marginal empregada;
3. políticas de mercado de trabalho destinadas a retrainar os trabalhadores e colocá-los de volta no mercado de trabalho rapidamente;
4. garantias de emprego durante a privatização (ORENSTEIN, 1994, p. 6, tradução nossa).³⁰

A prevenção de falência de grandes empresas estatais durante o processo de privatização se deu por meio de alguns incentivos. Primeiro, a Lei das Falências, que permitiu às empresas em perigo continuarem sua operação e, assim, manterem os empregos durante os períodos mais críticos. Uma segunda medida importante foi a consolidação de um programa para redução de encargos financeiros das companhias. Para isso, em 1991, o banco *Konsolidacní Banka* foi criado e injetou no sistema

³⁰ 1) policies designed to prevent the bankruptcy of large state-owned enterprises during their privatization and transformation; 2) wage control policies designed to keep the marginal labor force employed; 3) active labor market policies designed to retrain workers and get them quickly back into employment; 4) employment guarantees elicited during privatization (ORENSTEIN, 1994, p. 6).

bancário em um momento crítico empréstimos de baixo custo, ajudando a evitar dívidas, falências e incentivar políticas industriais. Um terceiro ponto pelo qual o governo evitou a falência das empresas e, conseqüentemente, o desemprego foi através dos vouchers de privatização com receitas advindas de propriedades vendidas a investidores estrangeiros ou nacionais por meio de leilões públicos, licitações, venda direta ou indireta na privatização. O montante dessas vendas foi usado para refinarçar a dívida de empresas tchecas ou dívidas externas em janeiro de 1991 (ORENSTEIN, 1994).

Para Orenstein (1994), o segundo ponto que influenciou na manutenção dos empregos foram as políticas salariais. Em 1993, Klaus declarou sua crença de que o controle salarial e a subvalorização da Coroa Tcheca funcionam como “duas almofadas” de sustentação das reformas econômicas. Para o Primeiro Ministro a restrição salarial permitia que os empregos fossem mantidos, enquanto, o câmbio desvalorizado permitia aos exportadores dar continuidade ao comércio internacional. A partir dessa ideologia, a contenção salarial foi bastante defendida durante o processo de transição. Entretanto, no caso tcheco, os salários foram negociados juntamente com o Conselho Tripartite.

Segundo Stark e Bruszt (1998), a Tchecoslováquia foi o primeiro país pós-socialista da região a estabelecer negociações tripartites, isto é, em nível sindical, governamental e de associações empresariais. Com isso, esses grupos foram um ponto de intermediação influente nas políticas sociais. O resultado foi uma estratégia de crescimento pautada em três pilares: salários baixos, desemprego baixo e sólidos direitos sindicais.

A política salarial definida em conjunto com o Conselho Tripartite funcionava da seguinte forma: cada trabalho era separado em categorias e cada uma tinha seus salários determinados ano a ano. Com o início da liberalização dos preços, em 1991, foram adotadas medidas ainda mais cautelosas para a liberalização salarial, visto que a preocupação estava no aumento da inflação. A partir desse momento, todas as empresas estatais ou privadas não deveriam exceder um limite de crescimento salarial fixado correndo o risco de sofrer penalidades fiscais (ORENSTEIN, 1994). Em 1992, após pressões da esfera sindical, um imposto salarial foi vinculado aos lucros das empresas, mas os limites salariais novamente foram fortalecidos. Mesmo assim, a frente sindical aceitou as condições definidas pelo Conselho, que aceitou por

assegurar a estratégia de baixos salários no período, ao passo que o país manteve a taxa de desemprego mais baixa das economias pós-socialistas, próxima a 3% (STARK, BRUSZT, 1998). Para Orenstein (1994), a política de salários baixos com aprovação sindical foi mais uma das vitórias do neoliberalismo tcheco.

O terceiro e quarto grupos de medidas importantes na contenção do desemprego na visão de Orenstein (1994) foram as políticas ativas no mercado de trabalho e as políticas de seguridade social. De um lado, foram criados programas de reciclagem, com objetivo de reduzir o desemprego. Em fevereiro de 1991, uma legislação criou uma rede de escritórios distritais para fomentar a empregabilidade de acordo com a necessidade de cada região, facilitando a divulgação de vagas de curto e longo prazo. Enquanto paralelamente políticas para seguridade social foram desenvolvidas durante o período de transição também no âmbito do Conselho Tripartite, sendo uma delas espécie de salário mínimo que todo indivíduo ou família sem meio de sustento teve direito de usufruir. Para o autor, essas iniciativas sociais tiveram o objetivo de fornecer padrões mínimos de vida e, de certa forma, abrangentes. Por fim, considera que funcionaram como uma rede com efeito muito forte para solidificar a confiança da população nas reformas neoliberais.

Além desses quatro pontos de destaque na contenção dos empregos, o autor também não deixa de destacar a importância do processo de privatização tcheco como mais um caso de sucesso excepcional do país, sendo visto como um elemento chave na reforma econômica. De um modo geral, o tema foi um dos mais controversos e com mais risco político nas reformas econômicas pós-socialistas. Para Orenstein (1994), o grande diferencial se deu pelo esquema de vouchers, pois esse método deu à população a impressão de que a privatização foi realizada de forma justa e equilibrada, uma vez que empresas estatais foram privatizadas rapidamente e tal fato refletiu na renda dos cidadãos. Dessa forma, levando em consideração esses quatro pontos específicos para prevenção do aumento de desemprego e, conseqüentemente, redução do apoio das massas às reformas econômicas empregadas. O autor considera que a República Tcheca buscou conduzir um modelo social liberal e, concomitantemente, no cenário econômico reformas macroeconômicas radicais.

Além dos pontos já citados, um elemento muito importante de ser considerado é o chamado “Efeito Europa”. Para Orenstein e Haas (2005), o compromisso com altos

níveis de gastos do Estado de Bem-Estar social nos países candidatos à vaga de adesão à União Europeia. Segundo os autores, no âmbito econômico, os países da Europa Centro-Oriental conquistaram um lugar privilegiado no continente e, logo nos primeiros anos de transição, passaram por uma reorientação maciça que, por um lado, pode ser vista como natural. De início, aconteceu devido ao compartilhamento de fronteiras e cooperação industrial, mas, por outro lado, foi facilitado por tratados chamados de acordos de associação com a União Europeia. Isso representou redução de tarifas, já na expectativa de eliminação. Além disso, os países da região foram recebidos como fonte de manufatura atraente e de baixo custo na Europa. Assim, os autores consideram que a República Tcheca, ao mostrar evidências de envolvimento nas redes de comércio intraindústria com produção de bens com maior valor agregado, rapidamente conseguiu se integrar na economia global. Dessa forma, as organizações internacionais, sobretudo, o Banco Mundial e a União Europeia passaram a dar mais atenção à transformação na Europa Centro-Leste, com uma agenda consistente com enormes recursos para o desenvolvimento da região. Desse modo, conduzir a transição com a perspectiva de integrar a União Europeia trouxe uma realidade bem mais positiva.

3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este último capítulo visou apontar quais fatores influenciaram na escolha das reformas radicais, quais atores estiveram envolvidos e como as mudanças foram conduzidas. Ao se considerar os três pontos determinantes no sucesso na transição dos países pós-comunistas levantados por Dunnorummo (2016), sendo esses o impacto histórico e as condições enfrentadas no início da transição, perfil dos reformadores e presença ou ausência de conflitos armados - ao se comparar o caso tcheco é notável que o país tinha uma base bastante sólida para receber as novas políticas. Primeiro, em termos de condições econômicas, destacou-se da maioria dos países pós-socialistas com excelentes taxas de desemprego. Segundo o perfil dos reformadores, como se viu, uma figura muito importante nesse novo contexto foi Vaclav Klaus, inicialmente Ministro das Finanças e, depois, Primeiro Ministro. O líder conseguiu implementar uma reforma econômica rápida, bastante alinhada ao seu perfil neoliberal. E em terceiro, a ausência de conflitos armados, que tem como exemplo a nomenclatura usada para representar a saída do regime comunista e

separação das repúblicas, ambos lembrados como Revolução e Divórcio de Veludo, devido à ausência de conflitos armados.

De fato, o bom contexto econômico, posição geográfica, perfil dos reformadores e conjuntura contribuíram para a implementação de reformas rápidas. Entretanto, é importante considerar os pontos levantados por Orenstein (1994) de que muito do sucesso das políticas neoliberais se deram em função do modelo liberal na esfera social. É inegável também que o país obteve muitos estímulos que facilitaram a execução. A percepção popular de ter medidas de apoio no caso de infortúnios (como a Lei das Falências, Lei do Mínimo Vital, programas de reciclagem entre outros), os índices baixíssimos de desemprego forneceram à população um otimismo para enfrentar “sacrifícios” necessários associados a uma melhora no padrão de vida a longo prazo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, buscou-se oferecer uma interpretação sobre o processo de transição da República Tcheca ao fim do regime comunista. Estabeleceu-se que este fenômeno se deu em pleno contexto de ascensão e consolidação neoliberal. Assim, argumentou-se que atores e instituições alinhados a esta ideologia obtiveram mais incentivos durante esse contexto de alternância de economias centralizadas a economias de mercado dos países pós- socialistas.

No primeiro capítulo, observou-se que a transição para a economia de mercado é um processo complexo que se desenrola em diversos níveis de operacionalização, tanto econômica, como política, ou social. Viu-se que um embate acerca da velocidade em que as reformas deveriam ser conduzidas foi presente. De um lado, estavam os estudiosos das políticas mais radicais, ao estilo *big bang* ou Teoria de Choque. Como Lipton e Sachs (1990) e Marangos (2003), defensores de que haja um salto na economia de mercado com ajustes abrangentes, pautados na liberalização de preços, programas de austeridade econômica e privatizações. Dentre os estudiosos do gradualismo, estavam autores como Svejnar (2001) e Roland (2001), argumentando a favor de mudanças graduais com implementação simultânea de reformas que, se necessário, possam ser implementadas uma independente da outra, de forma que gerem impactos mínimos em um determinado período temporal.

Demonstrou-se que não há uma teoria que obteve resultados mais assertivos em detrimento de outra. Isto porque, dados os diversos fatores estruturais e conjunturais, cada país conseguiu implementar e sustentar o plano de transição mais adequado de acordo com a sua condição inicial. Verificou-se que resultados rápidos demandam investimentos maiores. Por conta disso, conseguiram sustentar uma transição mais rápida nas economias que possuíam incentivos mais altos para manutenção. Enquanto os países que não puderam desprender grandes cifras para o sustento da transição radical acabaram por abortar as práticas. Assim, validou-se que a República Tcheca emergiu no grupo que aplicou e sustentou um *big bang*.

Por conseguinte, no Segundo Capítulo, mediante uma revisão histórica entre 1945 e 1989, período compreendido durante o regime comunista, estudou-se quais eventos contribuíram para escolha da Teoria de Choque no processo de retomada da economia de mercado nesse intervalo temporal. Observou-se que a posição geográfica foi bastante estratégica aos interesses soviéticos, em termos territoriais, a

Tchecoslováquia foi membro importante no Pacto de Varsóvia, visto que representou uma ponte para a Europa Ocidental no contexto da Guerra Fria. Além disso, o parque industrial mais próspero do que outros satélites proporcionaram ao país investimentos em desenvolvimento desde o primeiro Plano Econômico. Por fim, o fato de as tropas soviéticas terem ocupado o país para conter o movimento dissidente entre 1968 e 1989 comprovou mais uma vez a preocupação de Moscou em não perder a influência local.

Ressalta-se que o objetivo desta monografia não foi apontar a Teoria de Choque como mais conveniente do que a Gradual, mas sim entender quais fatores estiveram envolvidos na boa sustentação dessa dinâmica. Desse modo, percebe-se que a relevância da Tchecoslováquia como satélite comunista contribuiu nas escolhas e nos resultados durante o processo transitório. No Terceiro Capítulo, validou-se que o país teve uma base sólida para lidar com possíveis constrangimentos de uma transição rápida. Václav Klaus, primeiro como Ministro das Finanças e posteriormente como Primeiro Ministro, foi uma figura significativa. Sua proximidade com grandes representantes da ideologia neoliberal propiciou o início das reformas rápidas, mas, como apontado por Orenstein (1994), diferente de outros Estados, alguns fatores contribuíram para o sucesso tcheco, sendo um dos mais significativos o apoio popular, que foi sustentado a partir de baixos índices de desemprego. A alta empregabilidade, por sua vez, foi consolidada a partir de uma ampla rede de programas sociais. Ou seja, o processo de transição, apesar da velocidade, não destruiu as condições de vida dos tchecos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFP. **A Cortina de Ferro, fronteira e símbolo da Guerra Fria**. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/a-cortina-de-ferro-fronteira-e-simbolo-da-guerra-fria/>. Acesso em: 04 maio 2021.
- ÅSLUND, A.; BOONE, P.; JOHNSON, S. **How to Stabilize: Lessons from Post-communist Countries**. n. 1, 1996.
- BATISTA, P. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. v. 6, 1994.
- BOER-ASHWORTH, E. D. **The Global Political Economy and Post-1989 Change**. [S.l.: s.n.], 2000.
- BRADA, J. C. **The Economic Transition of Czechoslovakia: From Plan to Market**. American Economic Association [S.l.], 1991. 171 – 177 p.
- BROUÉ, P. **A Primavera dos Povos Começa em Praga**. 1. ed. São Paulo: [s.n.], 1979.
- CONTRELL, R. C. **The Czech Republic: The Velvet Revolution**. 1. ed. Philadelphia: [s.n.], 2005.
- CORNIA, G. **Transition, structural, divergence and performance: Easterin Europe and the former soviet union during 2000-7**. Pg 293-316. In: ROLAND, G. **Economies in Transition The Long-Run View**.
- CROSBY, K.; RHEE, J. O.; HOLLAND, J. **Suicide by fire: A contemporary method of political protest**. v. 23, n. 1, 1977.
- DONNORUMMO, B. **The Political and Economic Complexities of Transition**. p. 13 – 27, 2006.
- DUARTE, O. D.; RABEY, P. **La Primavera de Praga, revistada. La revolución política y en inicio del fin de la 'tercera vía'**. In: . Buenos Aires: [s.n.], 2008.
- GALLOP, P. **Are We Nearly There Yet? Dilemmas of Transition After 20 Years**. [S.l.], 2011.
- GASPAR, R. C. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos**. v. 17, n. 33, 2015.
- GEVORKYAN, A. V. **Transition economies: Transformation, development, and society in Eastern Europe and the former Soviet Union**. [S.l.: s.n.], 2018.
- GOLAN, G. **Reform Rule in Czechoslovakia: The Dubcek Era 1968-1969**. [S.l.: s.n.],

1973. v. 11.

GOLDFEDER, S. **A Primavera de Praga**. São Paulo: [s.n.], 1981.

HALAMOŮVÁ, V. **Propaganda / the instrument of the communist regime in czechoslovakia 1948-1953**. Lublin: [s.n.], 2014.

HARVEY, D. **O neoliberalismo** - História e implicações. [S.l.: s.n.], 2005. HARVEY, D. **O Engima do Capital e as crises do capitalismo**. 11 2011.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: Histórias e Implicações**. 5. ed. São Paulo: [s.n.], 2014.

HAVRYLYSHYN, B. O.; MENG, X.; TUPY, M. L. **25 Years of Reforms in Ex-Communist Countries: Fast and Extensive Reforms Led to Higher Growth and More Political Freedom**. n. 795, 2016.

HAVRYLYSHYN, O. **Divergent Paths in Post-Communist Transformation: Capitalism for All or Capitalism for the Few?** [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2006. v. 47.

HAVRYLYSHYN, O. **Fifteen Years of Transformation in the Post-Communist World: Rapid Reformers Outperformed Gradualists**. 2011.

JAM, A. **Wage, price and taxation policy in Czechoslovakia, 1948-1970**. Berlim: [s.n.], 1974.

KALASHNIKOV, A. **Factors in the Soviet Decision to Invade Czechoslovakia**. v. 3, n. 2, 2012.

KAWALEC, M. **20 Years of Economic Transformation: Did Poland Apply a Successful Big Bang?** [S.l.], 2010.

KILLINGSWORTH, M. **Civil Society in Communist Eastern Europe: Opposition and Dissent in Totalitarian Regimes**. [S.l.: s.n.], 2012.

KOHUT, Z. E. **Historical Setting**. In: GAWDIAK, I. (Ed.). 3. ed. [S.l.: s.n.], 1989. cap. 1, p. 1 – 68.

KOŁODKO, G. **The great transformation 1989-2029**. v. 31, n. 2, 2009.

KOŁODKO, G. **Postsocialist Transformation**. v. 6, n. 1, p. 147 – 159, 2001.

KOŁODKO, G. **The World Economy and Great Post-communist Change**. Ilustrada. [S.l.: s.n.], 2006.

KURLANSKY, M. **1968 O Ano Que Abalou o Mundo**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

LIPTON, D.; SACHS, J. D. **Creating a Market Economy in Eastern Europe: The**

Case of Poland. *Brooking Papers on Economic Acitivity*, v. 1, n. 1, p. 75 – 147, 1 1990.

LONG, M. **Making History: Czech Voices of Dissent and the Revolution of 1989**. Oxford: [s.n.], 2005.

MACHÁČEK, M. **The Strange Unity Gustáv Husák and Power and Political Fights: Inside the Communist Party of Czechoslovakia as Exemplified by the Presidency Issue (1969–1975)**. IV, p. 112 – 137, 2016.

MALCOLM, N. **The 'Common European Home' and Soviet European policy**. v. 65, n. 4, p. 659 – 676, 1989.

MARANGOS, J. **Was Shock Therapy Really a Shock?** *Journal of Economic Issues*, v. 37, n. 4, p. 943 – 966, 12 2003.

MARGOLIUS, I. **Reflections of Prague: Journeys Through the 20th Century**. [S.l.: s.n.], 2006.

MELO, W. F. Tchechoslováquia em 1968: a construção do socialismo interrompida. v. 5, n. 09, 2018.

MUEHLENBECK, P. E.; TELEPNEVA, N. **Warsaw Pact Intervention in the Third World: Aid and Influence in the Cold War (International Library of Twentieth Century History)**. [S.l.: s.n.], 2018.

MÜNICH, D.; SVEJNAR, J.; TERRELL, K. **Returns to Human Capital: Under The Communist Wage Grid and During the Transition to a Market Economy**. v. 87, n. 1, 2 2005.

ORENSTEIN, M. **The Political Success of Neo-Liberalism in the Czech Republic**. [S.l.], 1994.

ORENSTEIN, M. **Transitional Social Policy in the Czech Republic**. v. 3, n. 2, p. 179 – 196, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org>.

ORENSTEIN, M. A.; HAAS, M. R. **Globalization and the Development of Welfare States in Postcommunist Europe** 1. In: ORENSTEIN, M. A.; HAAS, M. R. (Ed.). [S.l.: s.n.], 2005.

POPOV, V. **Shock Therapy versus Gradualism Reconsidered: Lessons from Transition Economies after 15 Years of Reforms**. v. 49, n. 1, 2007.

RAMOS, E. **A economia da polônia após duas décadas de transição**. Monografia. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

RETTIE, J. **How Khrushchev leaked his secret speech to the world**. v. 62, n. 1,

2006.

ROLAND, G. **The Political Economy of Transition**. The Journal of Economic Perspectives, v. 16, n. 1, p. 29 – 50, 1 2002.

ROTHSCHILD, J.; WINGFIELD, N. M. **Return to diversity: A Political History of East Central Europe Since World War II**. 3. ed. Nova York: [s.n.], 2000.

RUTLAND, P. **Thatcherism, Czech Style: Organized Labor and the Transition to Capitalism in the Czech Republic**. Wesleyan University. The National Council for Soviet and East European Research. Massachusetts. 1993.

SANDER, R. 1968: **Quando a Terra tremeu**. 1. ed. São Paulo: [s.n.], 2018.

SHABAD, G.; SHIBLE, S. A.; ZUROVCHAK, J. F. **When Push Comes to Shove: An Explanation of the Dissolution of the**. v. 28, n. 3, p. 43 – 73, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.orgStableURL:http://www.jstor.org/stable/20628537>.

SHORE, M. **(The end of) communism as a generational history: Some thoughts on Czechoslovakia and Poland**. 2009.

SKILLING, H. G. **Czechoslovakia's interrupted revolution**. [S.l.: s.n.], 2015.

SOBELL, V. **Czechoslovakia: The Legacy of Normalization**. v. 2, n. 1, 1987.

STARK, D.; BRUSZT, L. **ENABLING CONSTRAINTS: fontes institucionais de Coerência nas políticas públicas no pós-socialismo**. v. 13, n. 36, 1998.

STOLARIK, M. M. **The Prague Spring and the Warsaw Pact Invasion of Czechoslovakia, 1968: Forty Years Later**. Mundelein, Illinois: [s.n.], 2010.

SVEC, M. **The Prague Spring: 20 Years Later**. v. 66, n. 5, 1988.

SVEJNAR, J. **Transition economies: Performance and challenges**. 2002.

SVEJNAR, J.; UVALIC, M. **WIDER Research Paper 2009-17 The Czech Transition: The Importance of Microeconomic Fundamentals**. In: . [s.n.], 2009. Disponível em: www.wider.unu.edu.

THATCHER, M. **Speech to Czechoslovak Federal Assembly**. Praga: [s.n.], 1990. Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/108194>. Acesso em: 2021-05-03T00:00:00+00:00.

VALLA, E. J. **The czechoslovakian reaction to perestroika: an examination of political and economic change in czechoslovakia from 1985 to 1990**. 1991.

VILÍMEK, T. **The Tool of Power Legitimation and Guardianship Social Policy and Its Implementation in the Pension Systems of Czechoslovakia and the**

German Democratic Republic (1970–1989). III, p. 57 – 90, 2015.

VONDOROVA, J. **The Prague Spring 1968: A National Security Archive Documents Reader**. Budapest: [s.n.], 1998.

WALLERSTEIN, I. **Após o Liberalismo: Em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis: [s.n.], 2002.

WALLERSTEIN, I. **A análise dos Sistemas-Mundo como movimento do saber**. In: VIEIRA, A. P. (Ed.). São Paulo: [s.n.], 2012. cap. 1, p. 17 – 28.

WEI, S. **Gradualism versus Big Bang: Speed and Sustainability of Reforms**. v. 30, n. 4b, 1997.

WEINER, R. Part Two: **The Communist Transition**. In: WEINER, R. (Ed.). Conne: [s.n.], 1994. cap. 2, p. 99 – 109.

WHEATON, B.; KAVAN, Z. **The velvet revolution: Czechoslovakia, 1988-1991**. [S.l.: s.n.], 2018.

WILLIAMS, K. **The Prague Spring and its Aftermath**. [S.l.: s.n.], 1997.

WOO, W. T. **The art of reform centrally planned economies: comparing china, poland and russia**. Journal of Comparative Economic, v. 18, n. 1, p. 276 – 308, 2 1994.